



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JACQUELINE SUELLEN DE SOUSA CHAVES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: análise do Programa
Permanência Renovação no ano de 2015

BELÉM
2016

JACQUELINE SUELLEN DE SOUSA CHAVES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA:
análise do Programa Permanência Renovação no ano de 2015

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Faculdade de Serviço Social da
Universidade Federal do Pará como requisito
parcial para a obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.
Orientadora: Dra. Cilene Sebastiana Braga Lins

BELÉM
2016

JACQUELINE SUELLEN DE SOUSA CHAVES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA:
análise do Programa Permanência Renovação no ano de 2015

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Faculdade de Serviço Social da
Universidade Federal do Pará como requisito
parcial para a obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.
Orientadora: Dra. Cilene Sebastiana Braga Lins

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cilene Sebastiana Braga Lins.
(Orientadora)

Profa. Dra. Roselene de Souza Portela
(Examinadora)

MSc Olga Myrla Tabaranã Silva
(Examinadora)

Aprovado em: ___/___/___

Conceito: _____

Dedico este trabalho ao meu pai celestial, à memória de Efigênia Vieira De Sousa e José Pereira De Sousa (meus avós), à Maria Vieira de Sousa e José Ribamar Pereira Chaves (meus pais), às minhas irmãs Maria da Conceição De Sousa Bacelar e Jardênia Dos Santos Chaves, ao Joeliton Rabelo Barbosa (meu amor), à minha querida Professora Dra. Isabel Rosa Cabral e a todos os familiares e amigos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, a todos vocês minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

A minha permanência nesta universidade pública não se efetivaria sem a garantia do apoio de vocês, a quem expresso profundamente minha gratidão:

Ao meu parceiro de TCC, e da vida, companheiro de minhas vitórias, que enxugou minhas lágrimas inúmeras vezes quando pensei em desistir de meus sonhos. Deus, te agradeço por esta conquista. Obrigada por ter me esforçado e orientado pelos melhores caminhos e lembrar-me que eu não estava sozinha nesta jornada. Sou grata às palavras que todos os dias ao me deslocar até à UFPA você sussurrava em meu ouvido: “Não temas eu sou contigo, não te assombres, porque sou teu Deus”. Todas essas palavras acima expressam minimamente o teu cuidado incondicional pela minha vida.

Aos meus pais, José Ribamar Pereira Chaves e Maria Vieira De Sousa, por todo o esforço dedicado à minha criação, vocês são os melhores professores da minha vida, me ensinaram lições que eu jamais aprenderia na universidade se tivesse as maiores titulações acadêmicas possíveis. Obrigada pelo esforço em manter-me no caminho da educação como meio transformador do mundo. Agradeço a paciência que tiveram quando precisei me dedicar grandemente a este trabalho. Eu amo vocês, esta vitória é nossa!

Ao meu amor, que sempre mostrou-se presente na minha vida. Obrigada por me incentivar a lutar pelos meus sonhos e sempre lembrar-me de que em Deus eu posso concretizá-los. Agradeço pelo cuidado dispensado, e principalmente pela paciência que tivestes que triplicar neste período (Rs). Eu amo você!

Às minhas queridas irmãs Jardênia Chaves e Maria Bacelar, e à Bianca Pereira e Diely Vilhena. Obrigada terem dividido este sonho comigo, pela confiança que depositaram em minha pessoa, pelo cuidado dispensado e por terem sempre me motivado a prosseguir.

Agradeço à minha orientadora professora Dr^a Cilene Braga, por ter aceitado o direcionamento deste estudo, por sua paciência aos meus infinitos questionamentos, pela sua calma e tranquilidade ao me ouvir, pela relação que desenvolvemos e pela confiança e respeito dispensados à minha pessoa.

À minha querida Professora MSc. Alba Regina, que teve relevante contribuição na minha formação acadêmica, despertou meu interesse pela área da

Saúde e aprofundou o meu amor pela Filosofia. Agradeço pelos inúmeros fichamentos, pela preocupação excessiva e conselhos. Admiro-lhe veemente!

À admirável professora Dr^a Isabel Rosa Cabral, que contribuiu grandemente para a concretização deste estudo, meu coração transborda de gratidão à senhora. Agradeço por sua dedicação, disponibilidade, compromisso, amizade, empatia e imensa paciência ao me fazer traçar os primeiros passos no terreno da iniciação científica e da minha “queridíssima” Estatística, descobri que ela é realmente imprescindível (rs). Obrigada por me deixares à vontade para expressar minhas limitações, e por neste período ter me ensinado tanta coisa. “Se alguém, já lhe deu a mão e não pediu mais nada em troca, pense bem, pois é um dia especial.”

À minha cativante Prof. Dr^a. Roselene Portela, que iluminou minhas tardes com sua leveza e me abraçou diversas vezes com seu sorriso. Sinto-me honrada por ter dividido a vida acadêmica com uma profissional tão competente. Fico feliz em poder lhe mostrar os resultados de minha superação acadêmica e pessoal. Obrigada por tudo, a levo em meu coração...

À minha supervisora de campo, Simone Silva, pela sua atenção, compreensão, empatia, paciência e por sempre me motivar a superar as minhas limitações. Obrigada por ouvir os meus inúmeros questionamentos sobre a profissão, a assistência estudantil e pela ótima relação que desenvolvemos durante o período de estágio.

À DAIE/PROEX pela aceitação da elaboração desta pesquisa e pelas experiências que me proporcionou, e especialmente à equipe de Serviço Social e à assistente social Ellana Barros Pinheiro, que se permitiu inúmeras vezes debater e compartilhar assuntos acadêmicos comigo, estimulando minha compreensão crítica da realidade e me motivando a crescer profissionalmente.

Às minhas queridas e insubstituíveis Mono's (Joyce Sampaio, Livian Fernanda e Nayara Cavalcante) valiosos presentes que a UFPA me deu. Sou grata a Deus pela nossa amizade tão linda e recíproca. Mono's, obrigada por não terem deixado os meus dias monótonos (Rs). Obrigada por terem sido meu apoio e motivação inúmeras vezes, pelos trabalhos em grupos, pelas discussões filosóficas, pelo ombro amigo, pelas loucuras, sorrisos, abraços, mimos, sermões, conselhos. Vocês foram imprescindíveis para a minha permanência estudantil, foram o sol dos meus dias nublados, o calor quando houve o frio, inverno quando a temperatura parecia queimar a pele e primavera a florir minha vida. Amo vocês meus amores!

Agradeço pela amizade sublime de minha Pequena Grande Admirável Amiga Alciene Oliveira. Deus é maravilhoso em ter me dado você, obrigada pelos direcionamentos espirituais, filosóficos e acadêmicos, tenho profunda admiração por você e pela nossa grande, extensa, imensa, infinita amizade.

Agradeço à minha querida amiga Thaynáh Marinho, por me ouvir inúmeras horas falar deste trabalho, por sua disponibilidade, empatia e companheirismo. Muito obrigada amiga, você me proporcionou diversas reflexões teóricas dentro do Tapanã UFPA (rs). Foi ótimo realizar a *práxis* com você! (rs).

Às assistentes sociais Aldyane Benatti, Silvia Martins, Tetê, Danuza Souza e Márcia Guedes, pelas grandes contribuições profissionais e humanas que me proporcionaram e pelo carinho que destinaram à minha pessoa. Muito obrigada meninas!

Agradeço ao Idalécio Lopes pela amizade, zelo, cuidado, debates filosóficos, teóricos e políticos que compartilhou comigo e Leonardo Costa pelos grandes insights, questionamentos, debates nerds, confiança e apoio dispensados.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma participaram de minhas conquistas tanto para ingresso, como para egresso acadêmico, como Cássia Juliana (pelas experiências de estágio, azeitonas divididas, sorrisos e pelos momentos ótimos que dividimos) Jane Nazaré, Daniel Lima, Kamila Rodrigues, Rita Pessoa, Ana Paula Martins, Adréa Fernandes, Hewelly Demétrio, Jammiry Serrão, Bryeny Sanches, Gislene Chaves, Nelma Ferreira, Nádia Ferreira, Diana Vilhena, Felipe Chaves, meu primo Leonardo Costa, Laura Fernandes, Mara Fernandes, José Pereira, Tia Nita e tia Socorro.

À Joyce Wylla Andrade de Almeida e Vitória Cordovil obrigada pela ética e compromisso profissional dispensado, por terem me apresentado à pessoa que sou. Agradeço por me mostrarem as diversas lentes do mundo e me ensinado a olhar sob cada uma delas, nítidos e novos ângulos, que pudessem me direcionar... Através destas lentes, aprendi que por mais emburcados e tortuosos que sejam os caminhos que apareçam, há sempre diversas possibilidades. Este TCC é resultado deste desabrochar, uma nova escolha que conheci e decidi seguir, um novo caminho que quero deixar pegadas. Obrigada por terem participado desta etapa da minha vida. “Em algum lugar obscuro, eu encontrei a luz, e estou a iluminar por onde passo.” (Jacqueline Chaves).

“O momento em que vivemos é um momento de plenos desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

(MARILDA VILELA IAMAMOTO)

RESUMO

Esta pesquisa insere-se na discussão da Política de Assistência Estudantil das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IFES). Analisa o Programa Permanência, modalidade renovação, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e possui como objetivos específicos: verificar sua configuração no campo da política social identificando suas principais contradições, compreender a universidade e a Assistência Estudantil no contexto político neoliberal, traçar e analisar o perfil socioeconômico do público alvo. O estudo possui natureza analítica, com abordagem quantitativa e qualitativa. Os direcionamentos dos pressupostos metodológicos que orientaram sua cientificidade ocorreram pela utilização do materialismo histórico dialético. O universo de pesquisa corresponde aos alunos de Graduação da UFPA. O público alvo refere-se aos discentes do curso de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação, no ano de 2015, campus Belém. O delineamento deste estudo ocorreu por revisão teórica, técnica de coleta de dados documental e pesquisa analítica descritiva dos dados secundários inseridos no SIGAEST. Evidenciou-se que 70,27% da amostra ingressaram na UFPA por meio do Sistema de Cotas e 54,05%, sobrevivem com renda familiar per capita que varia entre R\$100 e R\$300, valores situados abaixo do salário mínimo. Notou-se que estes dois fatores interligam-se devido a adoção de políticas sócio afirmativas pela universidade que provocou a expansão deste espaço para a classe pauperizada e pressionou a ampliação da Política de Assistência Estudantil na UFPA, contudo, esta é permeada de condicionalidades que diminuem a abrangência da garantia deste direito, fato marcado pela forte instalação do Estado neoliberal atualmente. Conclui-se que apesar da abrangência do Programa Permanência apresentar-se mínima diante das demandas estudantis da UFPA e de um contexto político marcado por expressivos desmontes na área sócio assistencial, este é imprescindível para a conclusão da graduação de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição, visto que objetiva assistência integral em suas necessidades estudantis básicas e possibilita a redução de desigualdades sociais dentro do espaço universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Permanência. Política de Assistência Estudantil. Educação. Universidade. Política Social.

ABSTRACT

This research is part of the discussion of the Student Assistance Policy of Institutions of Higher Federal Public Education (IFES). Analyzes the permanence Program mode renewal, the Federal University of Pará (UFPA) and has the following objectives: check your configuration in the field of social policy identifying its main contradictions, understand the university and the Student Assistance in neoliberal political context, analyze and map the socioeconomic profile of the target audience. The study has analytical nature with quantitative and qualitative approach. The directions of the methodological assumptions that guided its scientific occurred by the use of dialectical historical materialism. The research universe corresponds to undergraduate students of UFPA. The target audience refers to students of the Social Work course attended by Permanence Renewal Programme in 2015, campus Bethlehem. The study design was a theoretical review, document data collection technique and descriptive analytical research of the inserted secondary data in SIGAEST. It showed that 70.27% of the sample entered the UFPA through Shares and 54.05% System, survive with per capita income ranging between R\$ 100 and R\$ 300, situated below the minimum wage values. It was noted that these two interconnected to factors due to adoption of social affirmative action policies by the university that caused the expansion of this space for pauperized class and pressed the expansion of the Student Assistance Policy at UFPA, however, this is permeated with conditionalities that decrease the scope of the guarantee of this right, a fact marked by strong installation of neoliberal state currently. It concludes that despite the scope of Permanence Program present is minimal before the student demands of UFPA and a political context marked by significant takedowns in care partner area, this is essential for the completion of undergraduate students in socioeconomic vulnerability in institution, as objective comprehensive care in their basic student needs and enables the reduction of social inequalities within the university space.

KEYWORDS: Program Permanence. Student Assistance Policy. Education. University. Social Policy.

LISTA DE SIGLAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Nível Superior
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CONSUN	Conselho Universitário
DAIE	Diretoria de Integração e Assistência Estudantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Forúm Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HUBFS	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza
HUJBB	Hospital Universitário João de Barros Barreto
IFES	Instituições de Ensino Superior Públicas Federais
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
PBP	Programa Bolsa Permanência
PNAES	Plano de Assistência Estudantil
PROEX	Pró Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAPS	Serviço de Atendimento Psicossocial
SIBOP	Sistema Bolsa Permanência
SIGAEST	Sistema Gerencial de Assistência Estudantil
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Ranking dos cursos de graduação da UFPA com a maior proporção de estudantes atendidos pelo Programa de Bolsa Permanência. Fonte: SIGAEST. 2015.....53
- Figura 2** - Distribuição do endereço de origem dos alunos de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015. Fonte: SIGAEST.201556
- Figura 3** - Proporção das formas de ingresso dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015 na UFPA. Fonte: SIGAEST. 2015.....57
- Figura 4** - Proporção da frequência relativa do ano de ingresso na UFPA, dos alunos de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015. Fonte:SIGAEST:2015.....58
- Figura 5** - Distribuição da Renda Familiar Per Capita dos discentes do curso de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.....60
- Figura 6** - Responsável pela principal fonte de renda familiar dos discentes de Serviço Social assistidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015. Fonte: SIGAEST.2015.....62
- Figura 7** - Distribuição sócio ocupacional dos discentes atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015. Fonte: SIGAEST. 2015.....63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sócias demográficas dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação, campus Belém/ Pa, no ano de 2015.....	55
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CAPITULO I- EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE.....	20
2.1 Breve Histórico sobre o Surgimento da Educação	20
2.2 A Educação na Sociedade Capitalista.....	21
2.3 O Processo de Constituição da Universidade Brasileira.....	23
3 CAPÍTULO II- EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	36
3.1 O Surgimento da Política de Assistência Estudantil.....	36
3.2 Assistência Social e Assistência Estudantil: política de acessibilidade.....	43
4 CAPÍTULO III- A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA).....	48
4.1 A Implantação da Política de Assistência Estudantil e a Instituição da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) na Universidade Federal Do Pará (UFPA).....	48
4.2 O Programa Permanência da Universidade Federal do Pará (UFPA).....	50
4.3 Perfil dos Discentes de Serviço Social assistidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.....	51
4.4 Especificidades da Assistência Estudantil no Programa Permanência Da UFPA.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	77

1 INTRODUÇÃO

O art. 206 da Constituição Federal (CF) de 1988 afirma que o ensino possui como um de seus princípios a igualdade de condições no acesso e permanência do discente na instituição em que estuda, no entanto, desde o seu surgimento, as universidades públicas refletem uma profunda desigualdade social tanto para o ingresso de estudantes de classes subalternas nestes espaços, quanto para sua permanência, formação de qualidade e inclusão social, isto reflete o número acentuado de evasão acadêmica neste nível de ensino.

Diversos programas educacionais, durante o Governo Lula (2003-2011), ampliaram o acesso de jovens da classe trabalhadora ao ensino superior, contudo, a expansão de ofertas nas Universidades Públicas, não acompanhou a sua democratização, provocando que as Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IFES), abrigassem demandas inerentes ao processo de exclusão social promovido pelo sistema capitalista, trazendo a Questão Social para estes espaços institucionais, e promovendo o surgimento da Política de Assistência Estudantil para a garantia do direito social à educação nestes espaços. No entanto, caracterizada como Política Social, apresenta aspectos inerentes a esta, que são influenciados pela instituição do neoliberalismo na sociedade capitalista.

Este estudo pretende promover a análise do Programa Permanência, em sua modalidade renovação, na Universidade Federal do Pará (UFPA), reconhecida como a maior e uma das mais importantes instituições de ensino superior público da Amazônia.

O tema do trabalho foi motivado pela experiência de estágio na Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) ocorrida no ano de 2015 até a presente data. Nesse período, houve vários contatos com os instrumentos técnico-operativos da prática cotidiana do Serviço Social, tais como: visitas domiciliares, observações, entrevistas, relatórios institucionais, visitas às casas dos estudantes universitários, elaboração de encaminhamentos, pareceres sociais e reuniões em equipe multiprofissional. Além de participação em jornada de extensão, apresentação de trabalho

científico sobre assistência estudantil, contribuição na elaboração do edital nº04/2016/PROEX¹ e divulgação dos auxílios executados pela DAIE durante o acolhimento institucional e semana dos calouros, no ano de 2016.

A utilização diária dos instrumentos técnico-operativos do assistente social para a compreensão da realidade estudantil despertou o interesse pelo tema, pois facilitou a construção da percepção sobre as principais demandas estudantis e especificidades de cada grupo no âmbito institucional como: cotistas, não cotistas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCD), fazendo-me compreender a assistência estudantil como um reflexo da sociedade, visto que a demanda pelo Programa Permanência na universidade, ocorre devido às privações socioeconômicas que alguns discentes enfrentam em sua vida cotidiana.

Deste modo, a divulgação científica é de suma importância para dar visibilidade às desigualdades sócioeconômicas existentes em âmbito acadêmico, assim como produzir reflexões acerca da assistência estudantil, na perspectiva da garantia de direitos.

Durante os atendimentos realizados pela equipe técnica de Serviço Social na DAIE, no decorrer do processo de inscrição e renovação para o Programa Permanência no ano de 2015, foi possível perceber que os estudantes que procuravam a diretoria para esclarecimento de dúvidas relativas ao programa, em sua maioria, utilizavam-se de falas que reduziam a garantia deste direito a uma espécie de assistencialismo, demonstrando tentativas de convencimento às assistentes sociais para que se sensibilizassem de sua situação, como se necessitassem convencer a equipe ou maximizar profundamente sua condição de vulnerabilidade socioeconômica para que pudessem ter seu auxílio garantido.

Diante do exposto, surgiu a necessidade de analisar o Programa Permanência na UFPA. Como este se desenvolve? Quais as suas principais contradições? Qual o perfil dos alunos atendidos pelo Programa Permanência renovação no ano de 2015? Como a permanência estudantil tem se constituído na instituição?

1 Dispõe sobre os critérios para a inserção dos discentes no Programa Permanência Moradia da UFPA.

Este estudo apresenta como objetivo geral analisar o Programa Permanência, em sua modalidade renovação na UFPA, e objetivos específicos: verificar a configuração da assistência estudantil na universidade, identificar suas principais contradições, compreender a universidade e a assistência estudantil no contexto político neoliberal, traçar e analisar o perfil socioeconômico dos estudantes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência renovação no ano de 2015.

A orientação dos pressupostos metodológicos que direcionaram a cientificidade deste estudo ocorreu pela utilização do materialismo histórico dialético, pois este possibilita o esclarecimento da realidade social em sua essência, construída historicamente e refletida em sua totalidade.

Para Rodrigues (2006) este método procura contestar uma realidade posta, enfatizando as suas contradições, uma vez que se permite investigar as contradições da realidade, pois são essas as forças propulsoras do desenvolvimento da natureza.

Gil (2008) esclarece que a compreensão das relações sociais não deve se proceder no imediatismo dos fatos, mas como produto das transformações dos modos de produção existentes na humanidade.

Deste modo, Netto (2011) compreende que as relações sociais podem ser explicadas de acordo com a formação socioeconômica da sociedade, levando-se em consideração os aspectos culturais do homem, relacionados a esta, possibilitando um alcance profundo ao objeto de estudo a ser investigado.

Portanto, a compreensão da realidade não se concretiza pelo determinismo histórico, pela compreensão acrítica, imediatista e fenomênica da sociedade, mas através de categorias como historicidade, que nos viabiliza a possibilidade de superação objetiva e subjetiva das condições sociais pelo entendimento da totalidade que possibilita conhecer a essência dos fatos, e pela dialética como reconhecimento de apreensão das contradições inerentes à sociedade capitalista.

A pesquisa exposta é de natureza analítica, com abordagem quantitativa e qualitativa. Mynaio (2001) define a importância da pesquisa quantitativa para dar embasamento e representatividade à amostragem, enquanto a de caráter qualitativo é capaz de responder às questões particulares que não podem ser quantificadas.

Os procedimentos para levantamento, organização e análise dos dados seguiram as orientações fundamentadas na técnica da triangulação proposta por Triviños (1987, p. 138):

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte do princípio que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

Com isto, esta técnica se sustenta em uma visão de totalidade pela parte do pesquisador, e na compreensão de que o objeto de estudo possui historicidade. Deste modo, a análise sustenta-se em três eixos inter-relacionados historicidade, totalidade e dinamicidade da realidade.

Esta pesquisa organiza-se em três capítulos, dividido por subtópicos.

O primeiro capítulo se divide em três seções que contextualizam a historicidade da Educação e Universidade e sua constituição na Sociedade Brasileira, dando ênfase para discussão destas categorias na Sociedade capitalista. Para isto, realizou-se discussão teórica a fim de compreender a história da educação, a expansão do ensino, bem como a necessidades educacionais construídas pela sociedade capitalista, além de verificar as peculiaridades da educação brasileira neste sistema econômico.

O segundo capítulo se propõe à discussão da Educação e Política de Assistência Estudantil no contexto Neoliberal. Divide-se em três itens, o primeiro corresponde à discussão acerca do surgimento desta política, para isso, promove-se a discussão entre a diferença de expansão e democratização do Ensino Superior nas IFES, explicitando suas contradições e expondo as principais demandas que refletem o desenvolvimento de uma política voltada para a permanência de discentes no ensino superior público durante a graduação. A segunda seção relata aspectos históricos da Política de Assistência Estudantil e Política de Assistência Social propondo o seu debate dentro do âmbito contraditório que envolve a Política social.

O terceiro capítulo apresenta a Assistência Estudantil na UFPA. O primeiro item refere-se à Implantação da Política de Assistência Estudantil e a Instituição da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) nesta

universidade, destaca as necessidades da educação superior, criadas historicamente pela sociedade capitalista, e como estas, promoveram o crescimento de demandas voltadas para a permanência estudantil durante a graduação de discentes na UFPA e a criação da DAIE para desenvolvimento de programas e projetos no âmbito desta política. A segunda seção relata a criação do Programa Permanência na UFPA. O terceiro item refere-se à análise quantitativa e qualitativa do perfil dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015. A quarta seção objetiva a possibilidade de reflexão acerca de aspectos relacionados às especificidades do Programa Permanência na UFPA. Para isso, faz-se necessário o entendimento de parâmetros referentes à política social. Diante desta análise, selecionou-se categorias como a configuração e abrangência dos direitos sociais para analisar sua natureza e tipologia.

A pesquisa assume, como referencial teórico, diversos autores que transmitem conhecimento na área da educação brasileira e política social. Destacam-se: Romanelli (1978), Vieira (1995), Boschetti (2003), Sposati (2012), Yasbeck (2015), Teixeira (2012), Pereira (2008), dentre outros, que contribuem fortemente neste debate.

2 CAPITULO I- EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

2.1 Breve Histórico sobre o Surgimento da Educação

Para analisar a assistência estudantil no contexto brasileiro, é importante compreender sua historicidade e dinamicidade no processo de construção socioeconômica do país.

Para isto faz-se necessário compreender a história da educação, a expansão do ensino, bem como a necessidades educacionais construídas pela sociedade capitalista, além das peculiaridades da educação brasileira neste sistema econômico.

Romanelli (1978) acredita que a educação é um conceito de difícil construção, pois deve ser entendida de acordo com a realidade que influencia seu processo de formação e consolidação.

Para discorrer sobre esta categoria, não se deve separa-la da conjuntura em que esta se apresenta, bem como do processo histórico que a influencia e legitima. Entendê-la é compreender que ela é produto das relações sociais construídas ao longo dos anos, e assim como estas, pode sofrer alterações em sua conceituação, formas de valorização e necessidades sociais.

O art. 205. da CF de 1988 entende a educação como o meio pelo qual a pessoa se desenvolve intelectualmente e reconhece sua cidadania, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades para o trabalho.

Na compreensão do texto constitucional pode se inferir o quanto esta categoria é contraditória, visto que serve tanto para o desenvolvimento do intelecto individual, quanto para o crescimento econômico do país, no momento em que se aprimoram as forças produtivas necessárias à reprodução do capital.

A concretização do processo educativo surgiu através da relação que o homem exercia com o mundo à sua volta e com a comunicação dessa experiência. Assim destaca Romanelli (1978, p.23):

A educação é a mediadora entre o gesto cultural propriamente dito e a sua continuidade. Assim, na medida em que se transforma, pelo desafio que aceita e que lhe vem do meio para o qual volta sua ação,

o homem se educa. E, na medida em que comunica os resultados de sua experiência, ele ajuda os outros homens a se educarem, tornando-se solidário com eles.

Neste caso, por meio da educação, o homem transforma tanto o meio ao qual está inserido, como também sofre influências do resultado de sua ação, por isso, nesta perspectiva, ela é compreendida como mediadora entre a transformação do homem pelo mundo e do mundo pelo homem, capaz de produzir experiências que modificarão a realidade e darão continuidade a esta construção.

2.2 A Educação na Sociedade Capitalista

O século XVIII, marcado pelo movimento intelectual conhecido por Iluminismo, provocou mudanças em diversas concepções sociais e com isso trouxe várias alterações no pensamento da época, principalmente na relação entre o homem e a sociedade. Este passa a exigir a utilização da racionalidade para explicação dos acontecimentos cotidianos, e é marcado pela reação ao absolutismo europeu que era influenciado pelas características do Feudalismo, da influência da igreja católica e a censura no conhecimento que não estivesse de acordo com o dogmatismo da época, ou seja, este movimento trouxe consigo uma nova concepção de homem e sociedade que repercutiu de maneira profunda no modo de produção que começava a surgir, bem como na forma de se conceber a educação.

Para Romanelli (1978) o interesse pela educação tornou-se maior a partir da segunda guerra mundial, este fato provocou certa pressão pelo ensino obrigando-o a se expandir, além do mais, o crescimento do sistema capitalista traz consigo novas necessidades de apropriação do homem pela natureza, passando a exigir uma qualificação profissional mais aprimorada.

Segundo Frigotto (1996) a educação é uma categoria permeada pelo antagonismo de classes, produzido historicamente na sociedade capitalista, resultantes de determinações socioeconômicas que refletem na construção e consolidação do processo educativo.

Desta forma, há que se considerar o processo da divisão social do trabalho no desenvolvimento da educação, pois ambos se contradizem e se

determinam historicamente, e são frutos da mediação entre homem, natureza e sociedade.

Pereira, D. (2008) afirma que a inovação industrial trouxe separações entre trabalho e ciência e ocasionou uma mudança na divisão social do trabalho, onde alguns trabalhadores dirigiam o processo de produção exigindo para isso conhecimento intelectual, enquanto outros trabalhavam manualmente em cada parte do processo. Com isso, a idealização e resultado do trabalho deixaram de fazer parte de um mesmo indivíduo, e se dividiram em atividade intelectual e manual.

Lessa (2007) afirma que a cisão da sociedade em classes antagônicas dividiu as fases do trabalho, que antes estavam subordinadas ao mesmo indivíduo que o exercia, fruto de uma separação entre controle intelectual e manual.

Se antes em seu processo de trabalho o homem podia usar suas forças físicas e intelectuais para a realização de sua atividade, com o advento da sociedade de classes a relação ontológica entre homem, trabalho e natureza se alterou, e o desenvolvimento intelectual tornou-se relevante em sua atuação, no direcionamento e controle da atividade de outros trabalhadores.

Assim ressalta Sarup (1986, p. 145):

[...] Aos poucos, teve início a incorporação da ciência pela firma capitalista; a ciência tornou-se um apêndice do capital, uma mercadoria a ser comprada e vendida. A própria ciência transformou-se em capital [...] Já na primeira fase do capitalismo há uma divisão do trabalho em que as tarefas constitutivas são desempenhadas em série por uma cadeia de trabalhadores que se ocupam dos detalhes. Em seguida, novos métodos e novas máquinas são empregados, de modo que o processo de trabalho é reconstituído como um processo organizado pela administração.

Frigotto (1996, p.26) destaca que:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

Romanelli (1978) acredita que a sociedade capitalista produz o sentido de utilidade, que se relaciona a um bem, esta permite satisfação de uma

necessidade, enquanto que a demanda está relacionada ao poder aquisitivo de bens.

Frigotto (1996, p. 29) expressa que:

Por esta razão, podemos perceber que a explicitação do papel social da educação, ou especificamente da relação entre o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, vem marcada por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas.

Desta forma, a educação na sociedade capitalista torna-se uma possibilidade de ascensão social e participação na riqueza socialmente produzida para a classe trabalhadora, bem como a satisfação das demandas inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista.

2.3O Processo de Constituição da Universidade Brasileira

As alterações no mundo do trabalho advindas da primeira e segunda revolução industrial mudaram as necessidades educacionais na sociedade, e exigiram a criação de espaços institucionais para o seu desenvolvimento. Com isso, os locais de ensino sofreram alterações de acordo com as demandas da nova realidade.

Para Chauí (2003, p.5) “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”.

Desta forma, compreendê-la é perceber suas determinações históricas dialeticamente, que se definem e se contradizem, além de situá-la dentro do conceito de totalidade que é a realidade em que esta se constrói.

Para Luckesi (1998) o período de transição entre o fim da Idade medieval e a Reforma, século XI e XV, marca a criação das primeiras organizações de Universidades, que nesta época sofrem domínio da igreja católica sobre a formação do conhecimento humano a fim de fortalecer sua ação política e religiosa. Nesta época, a produção intelectual voltava-se para assuntos relacionados à fé, religião e filosofia. Por isso, a educação tinha apenas a importância de formar cidadãos eruditos, com uma cultura humanista,

influenciada pela Contra-Reforma, não havia necessidade de transformar o modo de produção econômico que vigorava, o ensino era considerado sem utilidade prática. Conforme o exposto:

As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade produtiva, embora sustentados por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem. (ROMANELLI, 1978, p.34)

Janne (1981, p.28) destaca que:

A Universidade tradicional, na sua função de transmissão do saber, devia necessariamente mudar, já que o saber mudava, por si mesmo, de sentido e de conteúdo, e que o papel dos homens portadores dos conhecimentos superiores se tornava outro numa sociedade industrializada que não existia numa sociedade do Antigo Regime.

Luckesi (1998) afirma que a revolução industrial estabeleceu mudanças ao fim das universidades medievais, questionando o dogmatismo que existia e as formas de ensino que não possuíam caráter científico. Com isso as universidades adotam um caráter profissionalizante a fim de formar mão de obra qualificada.

Atualmente a função das universidades é desenvolver o intelecto humano, preparar para o trabalho e ser um local de criação e reflexão. Assim ressalta Sobrinho (2005, p.30) que “A universidade tem formado inteligências e personalidades, produzido conhecimentos e técnicas, desenvolvido os instrumentos e artefatos que impulsionam as fábricas e tem sido a instância crítica e criativa da cidadania e da vida democrática”.

Concordando com este pensamento, Pazzini (2004, p.98) destaca que “a relação entre produção do conhecimento, educação superior e incremento da riqueza material das nações, parece absolutamente evidente”. Para Sobrinho (2005, p.77) “é verdade que o conhecimento é importante matéria-prima das riquezas, condição indispensável para o desenvolvimento. Isto já é suficiente para reconhecer a centralidade da educação superior no mundo competitivo da globalização”.

Chauí (2003, p.8) explica que “ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução”. Ou seja, através do aprimoramento intelectual e científico oferecido pela educação superior podem-se produzir forças produtivas adequadas às exigências mercadológicas.

Frigotto (1996, p. 26) afirma que:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

Para Mandel (1982, p.183, grifo do autor):

A tarefa primordial da Universidade não é mais a produção de homens ‘educados’, de discernimentos e qualificações- ideal que correspondia às necessidades do capitalismo de livre concorrência- mas a produção de assalariados intelectualmente qualificados para a produção e reprodução de mercadorias.

Deste modo, a necessidade de mão-de-obra qualificada surge em decorrência da globalização e exige uma reconfiguração das forças produtivas, bem como aperfeiçoamento dos sistemas educacionais para sua qualificação intelectual, ou seja, para acompanhar o desenvolvimento econômico é necessário que o ensino educacional também se reformule e se expanda para atender as necessidades impostas pelo mercado, conforme cita Romanelli (1978, p.25) “o sistema arcaico de ensino, seletivo e aristocrático, torna-se então um obstáculo ao sistema econômico. Este passa, pois, a pressionar o sistema educacional no sentido de renovar-se”.

Seguindo este pensamento, Romanelli (1978) afirma que há uma relação entre educação e desenvolvimento, uma são as pressões que a economia faz a esse setor criando novas necessidades de qualificação profissional, e a outra é a expansão do ensino como consequência disso.

Contudo, apesar dessa busca ser resultado da criação de uma necessidade, nem sempre estes dois fatores encontram-se em harmonia, pois a necessidade relaciona-se ao que é indispensável. No caso da educação, esta é uma demanda produzida pela sociedade capitalista como algo de utilidade,

um meio para se alcançar a tão sonhada mudança de vida e se apropriar de condições materiais e subjetivas à qual não se tem acesso.

Conforme expresso a seguir:

A clássica função do conhecimento geral, preservação da cultura e da erudição, de formação do pensamento reflexivo, de transcendência civilizacional da universidade se depara agora com as tendências da fragmentação, da rapidez, da utilidade ou do valor econômico, da aplicabilidade, do instrumental e organizacional. (SOBRINHO, 2005, p.33)

Desta forma, há que se perceber o acesso à busca pela emancipação social através da educação, como uma das expressões da questão social, visto que a riqueza socialmente produzida encontra-se má distribuída e as pessoas demandam o acesso às modalidades de ensino, principalmente o superior, como mudança na condição social que se encontram. Por isso, compreender este fenômeno é levar em consideração suas determinações históricas e o modo de produção vigente em que esta se situa. Conforme expresso a seguir:

Não se pode tratar as questões da educação, sem levar em consideração a globalização. A atual globalização está produzindo nas sociedades fenômenos cada vez mais complexos. As mudanças efetuadas na educação superior têm a ver com as contradições que constituem essa complexidade. (DIAS, 2005, p.36)

As universidades surgem para responder as demandas capitalistas em relação à mão-de-obra intelectualizada, concentrando forças produtivas como a ciência. Isso demonstra que o desenvolvimento educacional impulsionado pelo sistema econômico vigente, evolui ao longo dos anos desde a relação homem-natureza, ao desenvolvimento da educação e institucionalização do conhecimento através da criação de instituições de ensino superior.

Durante o processo de consolidação da formação socioeconômica do Brasil, a educação passou por múltiplas transformações em suas demandas sociais, sofrendo diversas reformas educacionais ao longo do tempo, para que acompanhasse o modelo econômico da época em que estava inserida.

Isso estimula a análise da educação como categoria criada, inicialmente, através de necessidades humanas de comunicação de determinada cultura, quanto da subsistência humana no processo criativo do trabalho e reprodução econômica do capitalismo.

Contudo, com a modificação das exigências no mundo do trabalho iniciadas durante a primeira revolução industrial, a educação permeia-se de diversas contradições e transformações, assim como a sociedade e o contexto em que esta se insere.

Durante o período colonial brasileiro, século XVI, as instituições de ensino surgiram devido à necessidade de perpetuação dos conhecimentos das gerações mais velhas às mais novas, ou seja, teve um objetivo de preservar e aperfeiçoar as culturas adquiridas entre os diversos povos.

Sendo assim, a escola tinha a função de formar pessoas que apenas adquirissem o conhecimento empírico, pois esta era uma forma de reproduzir os aprendizados cotidianos, e preservar a cultura construída, ou seja, não havia demandas por um pensamento crítico e reflexivo, pois as instituições de ensino não possuíam um caráter voltado para a criação de novos conhecimentos. Conforme o exposto a seguir:

A escola, neste caso, é utilizada muito mais para fazer comunicados do que para fazer comunicação e este papel é desempenhado tanto mais eficazmente, quanto mais o que se pretende com a ação escolar é formar o espírito ilustrado, não o espírito criador. (ROMANELLI, 1978, p.23)

Os locais de ensino visavam à formação de pessoas que apenas adquirissem o conhecimento de uma cultura básica, sem a intenção de prepará-las para o mercado de trabalho. Nesta época, não havia a exigência de criação de novos conhecimentos atrelados ao desenvolvimento científico e tecnológico, pois não existiam demandas deste cunho.

A educação era compartilhada de forma oralizada, voltava-se para formar indivíduos capazes de reproduzir os ensinamentos adquiridos, inclinava-se para valores morais e espirituais, e principalmente para a catequização da população indígena a não se posicionarem em assuntos referentes à hegemonia do catolicismo.

Para Ribeiro (2010, p.8) “percebe-se que, por esses fatos, que a organização escolar no Brasil- Colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses”. Portanto, não havia preocupação com a cientificidade, e sim com a massificação de

pensamentos favoráveis à hegemonia católica. Assim destaca Olive (2002, p.31):

Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados, em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais [...] Dentro do espírito da Contra-Reforma, ela acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando a desenvolver uma homogeneidade cultural avessa a questionamentos à fé Católica e à superioridade da Metrópole em relação à colônia.

Com isso, verifica-se que os padres jesuítas deixaram grandes contribuições para o surgimento dos primeiros modelos de ensino construído na educação brasileira, além de enfatizar a importância de um plano de estudos (*Ratio Studiorum*) que pudessem direcionar as ações educacionais. No entanto, suas práticas educativas eram atreladas ao domínio da igreja católica. Consoante o exposto a seguir:

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p.93, grifo do autor).

Durante sua fase colonial, a economia brasileira era fundada em latifúndios e mão de obra escrava, fato que repercutia econômica e socialmente na formação do país, pois provocava uma autoridade exclusiva aos donos de terra, que detinham poder econômico e político, bem como a apropriação cultural.

A educação dada pelos padres Jesuítas era restritiva e cabia somente a alguns senhores de engenho o acesso ao conhecimento, não tinham acesso a ele, as mulheres, os escravos e os filhos primogênitos, que eram responsabilizados de dar continuidade aos investimentos de seus pais. Com isso, as desigualdades no acesso à educação já existiam neste período.

Conforme expresso a seguir:

A escola era frequentada somente pelos filhos dos homens que não os primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos

negócios paternos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro [...] Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. (ROMANELLI, 1978, p.33)

Nesta época, a educação brasileira passou a evoluir suas formas de ensino, porém, ainda era mantenedora das desigualdades sociais, tanto em sua forma de seletividade das pessoas que fossem aptas para acessá-las, quanto para a manutenção do status social restrito à camada hegemônica.

Assim, ela se apresenta como um reforço da ideologia dominante. De acordo com o que certifica Romanelli (1978, p.24, grifo do autor):

Nesse sentido, a função da educação foi o de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária, em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter um "status".

Ribeiro (2010) afirma que a Companhia de Jesus foi expulsa em 1759, fim do período colonial, pois o Estado acreditava que a hegemonia conquistada pelos Jesuítas deveria voltar-se para ele, pois a educação deveria direcionar-se para interesses econômicos, e não mais para a igreja. Nesta época, as exigências educacionais sofrem transformações e surge o ensino público no país.

As reformas no modelo de ensino propostas por Marquês de Pombal, no contexto histórico nomeado como período pombalino (1759-1822), correspondente à segunda fase do período colonial brasileiro, foram de grande relevância para a difusão do ensino na colônia.

Teixeira, S. (1961, p.218) destaca que "[...] pombal não ficou apenas no texto da lei. Passou de imediato à fundação de escolas, que deveriam completar um total de 479". No entanto, apesar da tentativa em modificar o sistema de ensino brasileiro, ele não teve muito êxito, assim afirma Ribeiro (2010, p.21, grifo do autor):

As transformações ocorridas no nível secundário não afetam, como não poderia deixar de ser, o fundamental. Ele permaneceu

desvinculado dos assuntos e problemas da realidade imediata. O modelo continuou sendo o exterior “civilizado” a ser imitado.

Morosini (2005) afirma que o surgimento dos cursos superiores no Brasil acontece após a vinda da família real para o Brasil, e caracterizavam-se por serem isolados e de formação profissionalizante.

Romanelli (1978) informa que apesar do ensino superior ter surgido durante este momento, foi somente no governo de Epitácio Pessoa, que surgiu a primeira universidade no país, criada no estado do Rio De Janeiro, esta instituição abrigava dois cursos e uma escola politécnica. No entanto, segundo a autora, a primeira instituição regida por um estatuto universitário foi a de São Paulo.

O período de 1930 a 1945, conhecido como a Era Vargas, foi marcante para o desenvolvimento da educação brasileira. Em seu contexto histórico, o país passava por várias transformações econômicas e sociais, visto que saía da crise cafeeira e o êxodo rural acentuava-se. Essas mudanças repercutiam na construção das novas exigências educacionais para o período. Conforme descrito abaixo:

O período de 1930 a 1945 propiciou a inserção do país no processo de modernização capitalista, na quadra monopolista do capitalismo mundial e iniciou o processo de urbanização e industrialização brasileiro, com o devido controle e repressão da classe trabalhadora [...] O Papel do Estado Varguista foi estruturante para o novo padrão produtivo brasileiro, com o processo de substituição das importações, a consolidação da indústria brasileira e a crescente incorporação do padrão de industrialização americano. (PEREIRA, D. 2007, p.96-97)

De acordo com Niskier (1995), durante o período republicano, foi criado pelo Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. A criação dessa instância ocorreu devido às necessidades em saúde do trabalhador e educação nacional.

Werle (2005, p.46) destaca que:

[...] Ao longo da República, a educação vinculou-se a diferentes ministérios: Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1890-1891), Justiça e Negócios Interiores (1891-1930), Educação e Saúde Pública (1930-1953), Educação e Cultura (1953-1985), estruturando-se, isoladamente como Ministério da Educação, a partir daí.

Olive (2002) informa que, além disso, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras que vigorou entre os anos de 1931 a 1961, destacando que as universidades podiam ter caráter público ou privado, deveriam ser vinculadas a uma reitoria, mas sua autonomia administrativa tinha que ser preservada.

Freitas (2005) relata que a década de 30 foi um importante marco para a história da educação no Brasil, pois representava a inserção da ação estatal no campo educacional e a definição de políticas públicas para esta área, tendo o *Manifesto Pioneiro*, ocorrido em 1932, uma grande relevância para estes acontecimentos.

Segundo Romanelli (1978) o *Manifesto Pioneiro* sugeriu várias transformações na educação e no ensino superior reivindicando sua separação da igreja, a gratuidade, obrigatoriedade, sua extensão para todos os membros da sociedade e a descentralização do ensino. Assim acredita que, é um momento em que esta passa a ter visibilidade como problema social, por isso este acontecimento teve grande importância para os seus primeiros direcionamentos.

Niskier (1995) expressa que durante a constituição de 1934, o plano nacional de educação selecionava os candidatos ao ingresso no ensino superior público através de provas intelectuais, que demonstrassem sua capacidade para a concorrência de vagas, que eram limitadas a essas aptidões.

Com isso, pode-se verificar que as diretrizes da educação brasileira não consideravam as diferenças socioeconômicas relativas às particularidades regionais, acesso ao ensino fundamental e médio, dificuldades pedagógicas, que poderiam repercutir no ingresso ao ensino superior, como ainda acontece atualmente, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como um dos critérios para a possibilidade de estudar nas Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IFES).

Além disso, demonstra que ao invés de sua democratização, o ensino torna-se limitado pela restrição de matrículas de acordo a inteligência individual, fato que comprova a historicidade da meritocracia na construção deste direito social.

Cury (1995) relata que a constituição de 1946 resgatou grande parte dos princípios propostos da anterior, promulgada em 1934, e direcionou um novo projeto de reforma educacional que culminou na aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, através do decreto nº 4.024/61.

Neste período, as transformações econômicas e sociais se intensificavam e o modelo desenvolvimentista prevalecia. Assim destaca Niskier (1995, p.386):

A partir de 1960, o ensino superior brasileiro sofreu uma expansão sem precedentes. Tudo começou com as mudanças ocorridas após o ano de 1950 e, especialmente, durante o governo Juscelino Kubitschek. O mercado de trabalho ampliou-se de tal forma que a demanda, principalmente no nível universitário, acompanhou também o ritmo do modelo desenvolvimentista do presidente.

Saviani (p.37, 2005, grifo do autor) ressalta a historicidade da educação e sua relação com o desenvolvimento econômico neste contexto. Assim destaca:

Se no primeiro período compreendido entre 1890 e 1931 a concepção educacional predominante foi o iluminismo republicano, e no segundo período, prevaleceu o ideário pedagógico renovador, todo este terceiro período foi dominado pela *concepção produtivista de educação*.

De acordo com Morosini (p. 313, 205) a partir da década de 1940, a construção educacional se intensifica e progride como forma de formação de mão de obra intelectual e por outro lado para atender as necessidades individuais de quem a possui, visto que ela se torna meio de ascender socialmente e participar das riquezas construídas na sociedade. Assim destaca o autor:

A política educacional superior constituiu o período de 1945-64 como uma fase de construção do próximo período, que se instaura com a reforma universitária de 1968. Isso porque, na fase de redemocratização da sociedade brasileira, a modernização do ensino superior já se processava, modernização essa que foi desvendada pós-68 e se caracteriza pela busca da formação da força de trabalho de nível universitário com vistas a, de um lado, atender o capital monopolista, e por outro lado, aplacar os anseios da mobilidade social das camadas médias.

Saviani (2005, p.36) destaca que:

A nova constituição promulgada em 05/ 10/ 1988, consagrou várias aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados. Da comunidade educacional surgiu, também, o projeto de uma nova LDB que deu entrada na Câmara dos Deputados em dezembro de 1988, cuja característica mais marcante foi o empenho em libertar a política educacional da política miúda permitindo ultrapassar as descontinuidades que a têm marcado em nossa história.

O avanço constitucional teve grande relevância na consolidação educacional como direito. Para Morosini (2005, p.316) “posterior ao período de abertura política, inúmeras tentativas de democratização e transformação da universidade são identificadas e eclodem na constituição federal democrática de 1988”.

A promulgação da CF de 1988 trouxe avanços significativos para a expansão da educação como direito social e promoveu o estabelecimento do princípio de igualdade, que possibilitou que todas as pessoas tivessem acesso igualitário ao ensino público, nos termos da lei, conforme destacado pelo art. 206, inciso I da CF de 1988 “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No entanto, há controvérsias no texto constitucional explícitos no art. 208, inciso I e V da CF de 1988, assim expresso:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...] V - acesso aos **níveis mais elevados do ensino**, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um**. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Em relação à educação básica, esta é tida como obrigação estatal e familiar. No que se refere ao ensino superior, este é restritivo, tornando viável somente às pessoas que possuem capacidade para acessá-lo, isso demonstra o reducionismo estatal e a meritocracia na concretização dos direitos sociais, além de visibilizar as lacunas existentes constitucionalmente e que são reproduzidas cotidianamente em relação a estes direitos. Assim destaca Bobbio (1992, p.10):

Uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força prática, que é emprestar uma

força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros, a satisfação de novos conhecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito protegido e reconhecido.

Os direitos sociais, embora reconhecidos em lei, são concretizados de maneira desigual na sociedade, a falta de investimento estatal no ensino público impede o acesso do direito à educação que se torna cada vez mais restrito e desigual.

Vieira expressa que (1995, p.67) “os direitos sociais no país, embora preceitos legais, constituem um reino de desigualdades. O descaso total do Estado impede que parcela do povo tenha acesso à educação.”

Este fato é perceptível nas seleções para ingresso nas IFES realizadas através de exames vestibulares. Oliveira et al. (2008, p.80, grifo do autor) destaca a criação deste método de seleção de vagas nas universidades públicas:

Criado em 1911, em um movimento de contenção do acesso, o vestibular tinha como objetivo selecionar candidatos “aptos” para o ensino superior. Ele surgiu em um momento em que o número de pessoas interessadas em fazer curso superior era maior do que o número de vagas oferecidas pelas IES.

Desta forma desconsideram-se as disparidades regionais e econômicas existentes no país, que se configuram em desigualdades de oportunidades dos bens socialmente produzidos. Em relação às IFES, apesar da expansão de vagas, a quantidade de oferta não corresponde à sua demanda, provocando a seleção somente dos mais aptos intelectual e socialmente para o ingresso nas universidades públicas.

A discussão existente no campo da meritocracia corresponde ao entendimento de que apesar de legalmente todos possuírem livre acesso ao ensino, nem todos possuem a mesma condição para acessá-lo. Seiffert; Hage (2008, p.142) afirmam:

[...] para que a população tenha acesso ao ensino, por exemplo, é essencial admitir as particularidades e as necessidades específicas [...] O reconhecimento da diferença é entendido, portanto, como instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a conseqüente aproximação dos indicadores sociais dos diferentes grupos da sociedade.

Destarte, as políticas de ações afirmativas atuam diretamente no enfrentamento das desigualdades e objetivam ampliar, na perspectiva do direito, o acesso ao ensino superior a grupos historicamente excluídos.

Para Ristoff (2008) as políticas destinadas à expansão do ensino superior público vinculadas à democratização e abertura das universidades para os setores pauperizados da população brasileira, podem facilitar com que as IFES deixem de reproduzir as desigualdades sociais e tornem-se propulsoras da Equidade Social.

Mccowam (2005) entende a equidade como a garantia de oportunidade para todos ingressarem ao ensino superior público, independentemente de sua condição socioeconômica, bem como sua oferta suficiente, para que não se utilize critérios de seleção tais qual o vestibular, afirma que atualmente há grande expansão desta modalidade de ensino, porém ela não é equitativa, seja pelo alto custo que isso provoca às camadas pauperizadas, seja pela qualidade no nível da educação que é proporcional ao custo que se pode dispensar para seu investimento.

Desta forma, para se considerar o acesso e permanência nas universidades públicas é relevante considerar aspectos materiais e subjetivos, que permitam o alcance da Equidade social nestes espaços.

3 CAPÍTULO II- EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

3.10 Surgimento da Política de Assistência Estudantil

Neste capítulo objetiva-se relacionar a discussão existente entre expansão e democratização do Ensino Superior Público e a Política de Assistência Estudantil, destacando suas principais contradições e promovendo esta reflexão a partir do atual contexto político e econômico marcado pela ideologia neoliberal.

A constituição do neoliberalismo no mundo, a partir da década de 70, provocou várias modificações na sociedade a nível econômico, social e político, marcando um crescente reducionismo estatal face à Questão Social e promovendo fragilidades no campo das políticas sociais.

A partir do ano de 2003, a sociedade brasileira vivenciou, durante o Governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), grandes investimentos para o campo educacional, evidenciando-se na criação de vários programas voltados para a inclusão social e a garantia de permanência de estudantes brasileiros durante o período de sua graduação nas IFES, no entanto, atualmente convive-se com um número relevante de desmontes nas ações das áreas assistenciais², que atingem também a Política de Assistência Estudantil das IFES brasileiras.

Vieira (1995) acredita que a situação de escassez nos investimentos em direitos sociais como a educação evidencia a pouca representatividade do estado no atual sistema neoliberal. Desta forma, acredita-se que a privatização de instituições públicas seria uma alternativa para complementar os serviços básicos de que a população necessita.

Vários fatores propuseram a criação de uma política voltada para as demandas estudantis emergentes da expansão das universidades públicas nas

2 O Governo Lula (2003- 2011) priorizou ações voltadas para a Educação Nacional, ampliando os investimentos em Programas voltados para a expansão e democratização do ensino, contudo, atualmente durante o Governo provisório de Michel Temer nota-se um profundo corte orçamentário que interfere diretamente nas políticas sociais e nos direitos de seus usuários, inclusive nas políticas educacionais, afetando fortemente o andamento de uma Política de Assistência Estudantil mais inclusiva.

últimas décadas, isso contribuiu para que estas necessidades tivessem visibilidade e provocassem discussões políticas direcionadas para acesso e permanência dos discentes durante o período de sua graduação, fortalecendo o direito social à educação.

Com a reforma universitária, muitos programas contribuíram para a ampliação de vagas nas universidades públicas, fortalecendo a expansão do ensino superior no país. Borsato (2015) salienta o ENEM, Sistema de seleção Unificada (SISU), Fundo de Financiamento estudantil (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI) e Programa nacional de Assistência Estudantil. Contudo, é relevante destacar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007 através do Decreto nº 6.096, durante o Governo Lula, este programa possui como uma de suas diretrizes a ampliação de Políticas de Inclusão e Assistência Estudantil, contribuindo para a diminuição da evasão universitária e a garantia de permanência durante o período de graduação, na medida em que se constrói a perspectiva inclusiva. Conforme destacado pelo art. 2º, inciso I e V do referido decreto:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes: I- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno [...] V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Pazzini (2004, p.21) explicita que o ensino “para democratizar-se, no entanto, é preciso ir além da simples esfera da gestão, avançando no sentido de garantir o acesso da sociedade ao saber”.

Com isso, além de sua democratização para as camadas populares a universidade deve garantir o acesso ao ensino de qualidade, que se inicia desde a expansão de vagas, melhoria na infraestrutura, às políticas inclusivas voltadas para a estadia do discente na instituição. No entanto, o ingresso às IFES não é democratizado, pois se restringe somente a uma minoria selecionada de acordo com a nota dos exames de avaliação para entrada nestes locais, além disso, há aqueles que possuem meios para custear o período de sua formação acadêmica.

Por isso Ristoff (2008) entende que a expansão universitária nas IFES não deve ser confundida com a democratização do ensino, a primeira

corresponde ao crescimento acentuado neste sistema, enquanto a segunda diz respeito às condições de igualdade de oportunidades.

Dias (2005, p.34) reflete sobre os múltiplos fatores que produzem demandas ao ensino superior e como estas superam a sua oferta, assim destaca:

De todo modo e por diferentes razões, é fato que a importância da educação superior vem aumentando no atual contexto de mudanças. Seu campo de abrangência e suas funções se ampliam constantemente. Dado o valor fundamental do conhecimento para o setor produtivo, na atual economia crescentemente desmaterializada, a demanda da educação superior vem aumentando e sempre acima das possibilidades de atendimento do poder público.

Além disso, a expansão do ensino público às camadas subalternas é contraditória, pois se amplia o acesso, mas não se investe na qualidade de ensino, infraestrutura, apoio técnico e docência nas universidades públicas, ou seja, há um crescimento de classes pauperizadas nos espaços universitários, porém estes estudantes encontram, no decorrer de sua vida acadêmica, uma série de dificuldades que provocam a visibilidade de que este ingresso não é democratizado. Conforme destaca Romanelli (1978, p.28, grifo do autor):

Quando uma sociedade decide –como muitas o fizeram ultimamente– transformar seu sistema educativo “elitista” em um sistema que sirva a maioria e, ainda, utilizá-lo como instrumento de desenvolvimento nacional, ela se vê a braços com uma série de novos e desconhecidos problemas.

A Associação Nacional dos Docentes de Nível Superior (ANDES, 2007, p.21) informa que a qualidade deste nível educacional não acompanha o crescimento de vagas nas IFES proposto pelo decreto que institui o REUNI. Assim expressa:

O objetivo traçado nesse decreto é, definitivamente, incompatível com a qualidade da educação superior, pois as precárias condições que se encontram praticamente todas as universidades públicas brasileiras, tanto em termos de infra-estrutura quanto de insuficiência em seu quadro docente e de técnico administrativo, não permitem a ampliação do acesso à educação superior como garantia de permanência.

Deste modo, o crescimento das demandas para o ensino superior provoca problemas físicos e materiais nestes espaços, quando a universidade

não oferece as condições necessárias para a expansão do ensino. Conforme o exposto a seguir:

O aumento geral, extremamente rápido em toda parte, do número de estudantes ocasiona, em primeiro lugar, problemas puramente físicos e materiais. Os locais para cursos ou determinadas atividades tornam-se muito pequenos para comportar os estudantes. A insuficiência de seu volume é, gravemente, cada vez mais ressentida [...] O mesmo problema apresenta-se para as residências e os restaurantes estudantis [...] As instalações esportivas e culturais estão ultrapassadas, insuficientes para acolher todo mundo. (JANNE, 1981, p.54)

Por isso é importante a junção da expansão de vagas com a democratização do ensino público. Assim informa Ristoff (2008, p.45):

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior.

Assim, compreende que democratizar o ensino é permitir condições favoráveis para que todas as camadas sociais tenham acesso a ele, além de possibilitar meios que garantam a permanência de qualidade nas IFES. Por isso, promover a ampliação do ensino superior torna-se insuficiente quando não se garantem condições para que discentes de camadas populares possam concluir sua graduação com êxito. Expandir sem a perspectiva da garantia de apoio aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica é reforçar a exclusão dos direitos sociais, dos mais pobres, ao ingresso e conclusão do nível superior.

Romanelli (1978) afirma que se a demanda pelo ensino estiver acima dos recursos destinados a este, há uma precarização da oferta da educação, realidade recorrente após a reestruturação das universidades públicas, na qual houve expansão de vagas, mas a melhoria de sua qualidade para o acolhimento dos discentes não o acompanhou, nota-se que dentre estes reflexos de fragilização das IFES encontram-se a precarização do ensino, trabalho docente, condições físicas e acesso cultural nas universidades públicas federais, conforme explicita a autora:

Se, além disso, a oferta não corresponde às necessidades de qualificação de recursos humanos de que carece a expansão

econômica em vigor, configura-se então uma defasagem de caráter quantitativo entre educação e desenvolvimento. Pode ocorrer também que as relações entre a demanda social de educação e a demanda de recursos humanos pelo sistema econômico vigente se traduzam por um desequilíbrio estrutural. (ROMANELLI, 1978, p.27)

É relevante destacar que a autora relaciona a precarização das IFES, não somente ao crescimento de vagas e redução dos investimentos públicos a esta demanda, mas a questões estruturais que não se restringem apenas a expandir este acesso.

Ristoff (2008, p.45, grifo do autor) argumenta que:

A democratização para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais- ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a *todos* os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público. O Pro Uni, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão dos Estados em investimentos na educação, a criação de bolsas permanência, a retomada das contratações de docentes e técnicos, são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização.

É relevante destacar que dentro desse processo histórico de luta por direitos negados, encontram-se os movimentos sociais como mecanismo promotor de visibilidades às propostas estudantis, bem como a sua tentativa de concretização. Assim expressa Ghon (2011, p.336):

Os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social [...] Lutam contra a exclusão, por novas formas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos.

Minto e Muranaka (1995) acreditam que só existe educação democrática, quando estado e sociedade participam de deliberações, realizando o controle social. Conforme explicitam:

Para democratizar a educação a comunidade precisa participar na condução do processo educativo e dos órgãos de decisão. Viabilizar a educação pública, democrática e de qualidade implica prever fontes de financiamento, destinação de recursos e repasses de valores. (MINTO; MURANAKA, 1995, p.76)

Ristoff (2008) afirma que a educação superior enfrenta 10 desafios atualmente, dentre elas promover o acesso e permanência na Universidade, trabalhar com a diversidade institucional, buscar através de políticas compensatórias, equilíbrio entre a oferta de educação nas regiões brasileiras e a representação percentual de sua população e desenvolver políticas mais ativas de financiamento estudantil. Desta forma, democratizar o acesso à camada subalterna é garantir sua permanência durante o período de graduação e estimular uma formação cidadã e profissional de qualidade.

Para Vieira (1995, p. 73) “o caráter público não se restringe à gratuidade do ensino, condição necessária, mas insuficiente para assim adjetiva-lo”. Portanto, a universidade para ser considerada pública não deve somente viabilizar o ingresso de estudantes de diversas camadas ao ensino superior, mas garantir políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais que existem nelas, que se reflete em desigualdades acadêmicas.

Para isso foi desenvolvida a política de assistência estudantil, que prioriza ações voltadas para os discentes em vulnerabilidade socioeconômica, afim de reduzir as desigualdades sociais existentes nas Universidades Públicas Federais.

Segundo o Fórum Nacional de Pró Reitores em Assuntos comunitários e Estudantis (FONAPRACE) a política de Assistência Estudantil é compreendida como um conjunto composto de princípios e ações norteadores de apoio integral ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica durante sua graduação, esta volta-se para a perspectiva de inclusão social e possibilita aos estudantes por elas assistidos, a participação em atividades acadêmicas em condições de igualdade, promovendo uma graduação e formação de qualidade, na medida em que o assiste em suas necessidades estudantis. Com isso possibilita a diminuição da evasão universitária, que estejam relacionadas a condições financeiras ou pedagógicas. (FONAPRACE, 2012).

Garantir a permanência do discente durante sua graduação, em condições materiais e subjetivas, é também possibilitar o seu acesso aos bens socialmente produzidos. Vieira (1995, p.70) destaca que “o acesso à educação depende de oportunidades: espacial, temporal, cultural, econômica etc.”

Costa (2009) afirma que a assistência estudantil no Brasil se divide em duas fases, a primeira corresponde ao surgimento das primeiras universidades

no país e prossegue até sua democratização política, enquanto a segunda é referente às discussões e projetos de lei voltados para esta área, por isso há forte relação com a historicidade política brasileira.

Ainda segundo Costa (2009, p. 4), a assistência estudantil em sua gênese volta-se para as moradias estudantis. Assim expressa:

A primeira manifestação prática de auxílio ao estudante ocorreu durante o governo de Washington Luis, no ano de 1928. Foi a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo, pois o governo brasileiro o responsável pelo repasse de verbas para sua construção e manutenção.

De acordo com a CF de 1934, a assistência estudantil era prevista no art.157, quando uma parte dos fundos obtidos pela união destinava-se a auxílios para estudantes pauperizados, através do fornecimento gratuito de material e alimentação escolar, bolsas de estudos, assistência odontológica e médica. Enquanto o art. 172. da CF de 1946, estabelecia sua obrigatoriedade em todos os níveis de ensino.

A criação do Fonaprace³, em 1987, trouxe relevantes contribuições para a história da Política de Assistência Estudantil Brasileira.

De acordo com o Fonaprace (2012) duas pesquisas foram realizadas por este órgão acerca do perfil socioeconômico e cultural de universitários do país, sendo a primeira ocorrida em 1994, enquanto a segunda, de novembro de 2003 a março de 2004, estas confirmaram a vulnerabilidade socioeconômica de vários estudantes universitários e possibilitaram a elaboração de vários documentos e discussões que culminaram no Plano Nacional de Assistência Estudantil e se transformaram em Programa Nacional de Assistência Estudantil. Assim expresso:

Na década de 1990, seus representantes lutaram contra a ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso. No período de 2003-2010, em articulação com o movimento estudantil, representado pela UNE, e com o apoio do Governo Lula, conseguiu organizar dados dos estudantes das IFES por meio de duas pesquisas que subsidiaram a definição dos indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, culminando na aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES em dezembro de 2007. (FONAPRACE p.62, 2012)

3 Este órgão é responsável por estimular o debate e a formulação de políticas públicas voltadas para esta área, através da organização e discussão de demandas estudantis, possibilitando a visibilidade das particularidades enfrentadas pelas IFES.

Na 40ª reunião do Fonaprace, em 2006, foi proposto pelo professor Alámos Pimentel a criação de um programa de bolsas permanências, que objetivasse a inclusão social de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, nas ações de Assistência Estudantil, proposta que foi acatada pelo Presidente Lula, que intencionava desenvolver a ampliação de filhos da classe trabalhadora nesses espaços, entendendo que no espaço universitário havia grandes disparidades socioeconômicas que interferiam na vida acadêmica do discente (FONAPRACE, 2012).

Deste modo, a Política de assistência estudantil foi criada objetivando a inclusão social na universidade a discentes pauperizados, possibilitando que estes sejam atendidos em suas demandas estudantis, que os impedem de reproduzir-se intelectual e socialmente com a mesma oportunidade que os demais estudantes universitários.

3.2 Assistência Social e Assistência Estudantil: políticas de acessibilidade

A Política de Assistência Estudantil, incluída no âmbito do direito social à educação, assume critérios inerentes a outras políticas sociais. Com isso, destacar-se-á nesta investigação científica a Política de Assistência Social, visto que esta foi construída historicamente sob a luz da proteção social aos destituídos de direitos, conhecidos inicialmente como desamparados.

Castel (1988) entende que a Assistência Social como política de direitos, surgiu inicialmente ligada às práticas de proteção social através de relações comunitárias advindas da vizinhança, família e pessoas do trabalho que executavam ações de benemerência para com os outros.

Com isso a práxis assistencial consolidada atualmente, iniciou-se a partir de ações filantrópicas e imediatistas que foram tornando-se cada vez mais complexas e originando instituições de caráter público e privado responsáveis pela proteção social, por isso a comparação da assistência social com o assistencialismo é histórica, visto que esta política pública guarda algumas características dessa antiga prática de seguridade social aos necessitados.

Boschetti (2003) afirma que os modelos Bismarckiano e Beveridgiano são muito estudados para a compreensão da seguridade social dos países capitalistas, acredita que o sistema previdenciário proposto por Bismarck e a primeira guerra mundial (1914) foram precursores do desenvolvimento de políticas compensatórias, advindas inicialmente, dos riscos de acidentes de trabalho nas regiões industrializadas.

Para Pereira, P. (2008) O modelo de Seguridade Social proposto por Otton Von Bismarck em 1880 na Alemanha, através da legislação do Seguro Social, reconhecia que a pobreza possuía determinantes históricos e era oriunda de um modelo econômico desigual, por isso a intervenção estatal era relevante, esta acontecia por meio da Proteção dos trabalhadores contra a perda de renda, como forma de proteger o sistema capitalista de suas próprias crises.

Percebe-se que a preocupação destinada não era diretamente aos pobres, e sim aos problemas oriundos de sua condição econômica que afetavam a reprodução do modelo econômico dominante. Apesar desta legislação social atender somente aos trabalhadores em condições específicas, esta foi um grande avanço para o desenvolvimento da Política Social.

Boschetti (2003) compreende que o plano Beveridge, desenvolvido na Inglaterra, rompeu com o modelo proposto por Bismarck e sua concepção de seguro social. Nesta proposta, os mínimos sociais passaram a ter um significado mais amplo com a inclusão de políticas de renda, serviços sociais universais, proteção ao trabalho e acesso a bens e serviços, portanto o financiamento e a gestão eram públicos e do estado, havia a unificação dos benefícios.

É relevante destacar que a discussão em torno de políticas compensatórias direciona-se ao tipo de intervenção estatal voltado para a sociedade, verificando como o Estado lida com as expressões da Questão Social produzidas num contexto socioeconômico marcado por contradições.

Yasbek (2015) afirma que o formato de intervenção estatal produz o direcionamento às políticas sociais aplicadas no país, caracterizando-se por sua fragmentalidade e na instabilidade ou não reconhecimento de direitos.

Para Teixeira (2012) inicialmente as medidas de proteção social não aceitavam a intervenção do estado, pois o mercado por si só resolveria os problemas sociais advindos do modo econômico instalado, no entanto, o liberalismo mostrou-se incapaz para essa resolução, e pressionou a intervenção estatal para o enfrentamento das expressões da Questão Social.

Segundo Pereira, P. (2008), a Política Social consolidou-se a partir da concretização do *Welfare State*, na Europa, durante o século XX, tendo responsabilidade em assistir as demandas advindas da Questão Social inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, atualmente há a presença da ideologia neoliberal que reduz a participação estatal na economia e propaga a concepção de qualidade dos serviços voltados para o modelo de privatizações dos serviços públicos destinados à garantia de direitos, dentre eles encontram-se a educação.

Vieira (1995) acredita que a consolidação do neoliberalismo no estado brasileiro acontece mediante aos questionamentos da qualidade dos serviços públicos prestados, acredita-se que é devido a intervenção estatal que não se consegue regular as crises econômicas e a qualidade dos serviços, ou seja, pressupõe-se que a adoção prática desta ideologia é eficiente para produzir desenvolvimento econômico no país e qualidade no fornecimento de serviços, tendo a privatização como mecanismo de se alcançar este objetivo.

Segundo Pereira, D. (2008) a atual conjuntura aponta várias mudanças no cenário educacional, que são influenciadas pelo estado neoliberal, tais como: aumento significativo do acesso de pessoas ao ensino superior, participação e investimento do setor privado no surgimento destas instituições, dentre outras modificações que podem ser percebidas em âmbito mundial.

A justificativa para essas transformações e sua consolidação, baseia-se na imediatividade, onde há a propagação de ideologias que estimulam novas exigências ao mercado de trabalho como mão-de-obra qualificada e sua formação contínua, favorecendo meios individuais para garantir ascensão social, crescimento econômico e intelectual para o país. Por outro lado, propagasse a ideologia de que o estado não teria capacidade financeira e administrativa que respondessem a essas novas demandas, fato que explica a abertura e expansão do ensino superior para setores privados e seu baixo investimento estatal.

Dentro deste contexto marcado por antagonismos entre a relação do estado, universidade e sociedade, diante da situação educacional do país, encontra-se a Política Social.

Pereira, P. (2008) acredita que a política social se define como a contradição da realidade, considerando a historicidade e a estrutura de sua base, caracterizando-se através de relações antagônicas e recíprocas compreendidas de acordo com seu momento histórico, por conseguinte, o espaço público é considerado uma arena de conflitos onde se interpenetram interesses distintos e se buscam deliberações que estejam pautadas na garantia de direitos.

Por isso Pereira, P. (2008, p. 166) ressalta que “na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente”, acentuando-se pela relação tensa entre estado e sociedade, onde há desacordo entre ambos e prevalece a existência de conflitos de interesses, reproduzindo relações de desigualdades e a busca pela efetivação de direitos.

Estes conflitos podem ser verificados no próprio âmbito universitário, como salienta Janne (1981, p.20):

Assim a tensão aparece como o traço dominante da situação universitária atual. Ela não caracteriza apenas a vida da universidade; domina igualmente suas relações com a sociedade que a cerca [...] Elas podem, como é o caso atualmente, determinar perturbações profundas no seio da Universidade e arriscar sua própria sobrevivência. Podem da mesma maneira, mobilizar o que de melhor as universidades são capazes e conduzir a novas sínteses, ultrapassando estas contradições e liderando uma criatividade enriquecedora e enriquecida.

Boschetti (2003) afirma que a Política de Assistência Social possui uma característica que lhe difere de todos os outros direitos sociais, que se revela na proteção aos desamparados. Deste modo, não é uma política universal, pois se destina aos mais necessitados, reforçando o seu caráter seletivo quando apresenta critérios definidores do perfil de pessoas a serem assistidos por ela, e seu caráter focalizado atendendo a quem mais necessitar.

É relevante ressaltar que esta particularidade constitui-se historicamente e compara-se às características presentes em outras políticas

assistenciais, inclusive na Política de Assistência Estudantil. Nascimento (2012, p.151) salienta que:

A implementação de uma Política de Assistência Estudantil reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial no Brasil, nos limites da formação social do país.

Desta forma, a Política de Assistência estudantil, compreendida no campo da contrariedade das forças sociais, apresenta-se como política focalizada, que atende exclusivamente um determinado público no âmbito das demandas sociais.

4 CAPÍTULO III- A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

4.1A Implantação da Política de Assistência Estudantil e a Instituição da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) na Universidade Federal do Pará (UFPA).

O crescente impulso pela educação superior e mão-de-obra intelectualizada produzidos historicamente pelo Sistema Capitalista, a criação dos Programas de Expansão do Ensino nesta modalidade, a participação das lutas estudantis através de seus movimentos sociais e a adesão da UFPA às Políticas sócias afirmativas, somadas às especificidades socioeconômicas da Região Amazônica, caracterizada por grandes investimentos do capital ao mesmo tempo em que apresenta grande desigualdade na distribuição de renda, dentre outros fatores, contribuíram para que o país pudesse pensar estratégias de evitar a evasão acadêmica nesta IFES.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Institucional, relativo aos anos de 2011 a 2015, a UFPA⁴, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957 e sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é a maior e uma das mais importantes instituições de ensino superior da Amazônia que se destaca por sua localização geográfica e por apresentar as particularidades socioeconômicas contraditórias desta região.

O desenvolvimento econômico do Estado do Pará pressionou a ampliação de vagas e busca por graduações nesta IFES. A imensa desigualdade na distribuição de renda desta localidade, associada à crescente expansão de vagas no Ensino Superior público, provocou o crescimento de demandas acadêmicas que refletem diretamente na permanência estudantil na UFPA, visto que esta abrigou consideravelmente as camadas populares.

4 A instituição caracteriza-se por ser *multicampi*, tendo sua atuação no estado do Pará e sua sede e foro legal localizado na cidade de Belém. Atualmente possui 513 (quinhentos e treze) cursos de graduação e 65 (sessenta e cinco) programas de pós-graduação, sendo 43 (quarenta e três) cursos de mestrado e 22 (vinte e dois) de doutorado, além de dispor de doze *campi* localizados nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, que desenvolvem ações implementadas pela Política de Assistência Estudantil.

A diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) foi criada em agosto de 2007, para atendimento de necessidades socioeconômicas dos discentes da UFPA, com o objetivo de executar as diretrizes que norteiam o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como: assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Estas ações objetivam garantir a permanência, um excelente desempenho acadêmico, bem-estar estudantil e o êxito na conclusão da graduação, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que estejam cursando a primeira graduação.

Dentre as principais atividades da DAIE, destacam-se os programas de apoio financeiro, pedagógico e os serviços de saúde destinados aos discentes de baixa renda. Desta forma, estabelece parcerias com outras unidades como os hospitais universitários⁵Bettina Ferro de Souza e João de Barros Barreto, o Serviço de Atendimento Psicossocial, Clínica de Psicologia Da UFPA e a Faculdade de Odontologia, para disponibilizar serviços que possam intervir em situações que dificultem a concretização do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2015) para que desenvolvesse seus objetivos e metas, a DAIE realizou um levantamento de perfil socioeconômico dos discentes ingressantes na UFPA, levando em consideração as peculiaridades da Região Amazônica para criar mecanismos de inclusão às principais demandas encontradas.

Estas medidas foram realizadas no ano de 2008, com o preenchimento do perfil dos discentes ingressantes, através do Questionário Socioeconômico

5 As ações desenvolvidas para as demandas referentes à saúde estudantil integram o Programa Estudante Saudável (PES) da DAIE/ PROEX, que objetiva promover no âmbito individual e coletivo, assistência, atendimento, prevenção de agravos, diagnóstico e tratamento de baixa complexidade em saúde, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos discentes, contribuindo para sua permanência e conclusão de curso de graduação. Dentre as unidades desenvolvidas para a execução desses serviços encontram-se o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) e Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), estes desenvolvem assistência à saúde, médico/ ambulatorial e hospitalar, destinado a alunos da graduação da UFPA que necessitem de atendimentos médico, exames complementares e cirurgias ambulatoriais no período de permanência universitária. O Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPS) e a Clínica de Psicologia da UFPA prestam serviços voltados à prevenção, manutenção e recuperação da saúde mental da comunidade universitária. A Faculdade de Odontologia oferta serviços de assistência à saúde bucal aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica, como cuidados de urgência e emergência e várias especialidades.

e Cultural disponibilizado na página eletrônica oficial da Universidade, que conforme Lobato (p.34-35, 2011) apresentou os seguintes resultados:

[...] Identificou 80 estudantes de Belém e dos Campi, cujas famílias eram beneficiadas por programas de transferência de renda, Benefício de prestação continuada (BPC), Programa Bolsa Família (BPF) e Programa Bolsa Trabalho. Sendo 40 em Belém e 40 nos Campi do Interior do Estado (Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém, Soure e Tucuruí).

Ainda segundo Lobato (2011) estes discentes foram incluídos no Programa Taxa Zero, destinado a subsidiar integralmente as refeições no Restaurante Universitário da instituição. É importante ressaltar que neste período o Programa Bolsa Permanência ainda não havia sido aprovado pelo Conselho Universitário e os recursos financeiros do PNAES não se encontravam disponibilizados para a instituição.

4.2 O Programa Permanência da Universidade Federal do Pará (UFPA)

De acordo com a UFPA (2009), o Programa Bolsa Permanência (PBP) foi criado na UFPA, no mês de abril durante o ano de 2009, através da Portaria 14/09/2009. Regido pelo edital nº 05/2009/Proex, com o intuito de garantir que discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica obtivessem apoio da política de assistência estudantil para concluir sua graduação em tempo hábil, e desta forma minimizar as disparidades socioeconômicas existentes no espaço universitário. Esta garantia contempla apoio à alimentação, ao transporte, à moradia, às atividades didático-pedagógicas e às atividades acadêmicas, além de proporcionar-lhes acesso ao atendimento psicossocial.

Neste período foi destinado um recurso financeiro de 4.260.000,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta mil reais) para as ações de assistência estudantil, sendo disponibilizados inicialmente 1.710 (um mil, setecentos e dez) auxílios com vigência de um ano, divididos nesta época, em cinco modalidades de bolsas: moradia, transporte, alimentação, didático-pedagógica e atividade acadêmica, apresentando valores que se diferenciavam, assim como o público-alvo, no entanto, cada discente poderia concorrer a três modalidades de bolsa no máximo.

De acordo com o Edital nº 05/2009 da DAIE, destinado para a solicitação das bolsas do PBP, as inscrições para o programa eram realizadas através do Sistema de Inscrição na Bolsa Permanência (SIBOP), disponibilizado na página eletrônica da PROEX no site oficial da UFPA, após este processo os discentes que residiam em Belém encaminhavam à DAIE os documentos físicos exigidos, enquanto aqueles que estudavam no interior, os destinavam para o seu referido *campi*, os documentos eram verificados para constatar que se encontravam de acordo com as exigências do edital, além disso, eram realizadas visitas domiciliares e entrevistas. A partir do levantamento de demandas dos discentes, os auxílios eram garantidos.

É imprescindível destacar que segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Institucional relativo aos anos de 2011 a 2015, o PBP sofreu algumas reformulações nos últimos anos, visando a garantia de eficácia e caráter do programa, que atualmente é denominado de Programa Permanência tendo seus auxílios a transporte, didático-pedagógico e alimentação vinculados unicamente, denominado de auxílio permanência, enquanto o moradia passou a ter caráter de auxílio e não mais de bolsa, o sistema de inscrição do discente também teve seu nome alterado para Sistema de Gerenciamento de Assistência e Integração Estudantil (SIGAEST) e o número de auxílios teve um crescimento acentuado.

4.3 Perfil dos Discentes de Serviço Social Assistidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.

Esta seção pretende visibilizar, através de análise quantitativa e qualitativa, o perfil dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015, como forma de compreender as demandas estudantis que refletem as desigualdades socioeconômicas na Universidade Federal do Pará.

O universo de pesquisa corresponde aos alunos de Graduação da Universidade Federal Do Pará (UFPA).

Foi utilizada a amostragem aleatória como critério para selecionar o público-alvo a ser estudado. Mynaio (2001) afirma que uma amostragem boa é a que permite compreender o objeto de estudo em sua totalidade.

Para isso, foi utilizado o SIGAEST da DAIE, vinculada à Pró Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA, onde foram filtrados dados referentes aos cursos de graduação dos *campi* da instituição, e verificado o que possuía a maior quantidade de candidatos inscritos no Programa Permanência ⁶ renovação no ano de 2015.

A opção por pesquisar os dados referentes à renovação do referido Programa, ocorreu por sua representatividade, visto que conforme o artigo 4º do Edital nº 04/2016/PROEX, 60% da inscrição ao Programa Permanência, são destinados para candidatos em renovação e assistidos pelo Auxílio Emergencial⁷ nas modalidades permanência e moradia. Além de considerar relevante que a realidade estudantil não tenha se alterado, visto que os auxílios são renovados quando ainda persistem os critérios de vulnerabilidade socioeconômica⁸ previstos em Edital.

A escolha do *Campus* de Belém para a realização desta pesquisa concretizou-se pelo fato deste município abrigar 26,92% de candidatos inscritos no Programa Permanência Renovação em 2015, e conseqüentemente possuir o maior número de auxílios renovação Ativos.

Do total de 1.265 auxílios Permanência ativo da UFPA, 554 (43,79%) são do *Campus* universitário de Belém. Destes, 326 (58,84%) são da

6 Constitui-se no maior Programa de Assistência Estudantil da UFPA garantido pela DAIE. Divide-se em duas modalidades: Permanência, com maior destinação de vagas ao ano e auxílios no valor de R\$350,00, e moradia, correspondendo ao valor de R\$ 400,00 e garantido para discentes que não residam na Região metropolitana de Belém, que não disponham de vaga gratuita em residência estudantil e que se encontrem sem condições de arcar com as despesas de aluguel. Além disso, o Programa Permanência divide-se em modalidade novo, destinado para candidatos que se inscrevem pela primeira vez para os auxílios, e renovação para os que já são assistidos pela diretoria, seja pelo auxílio permanência ou emergencial.

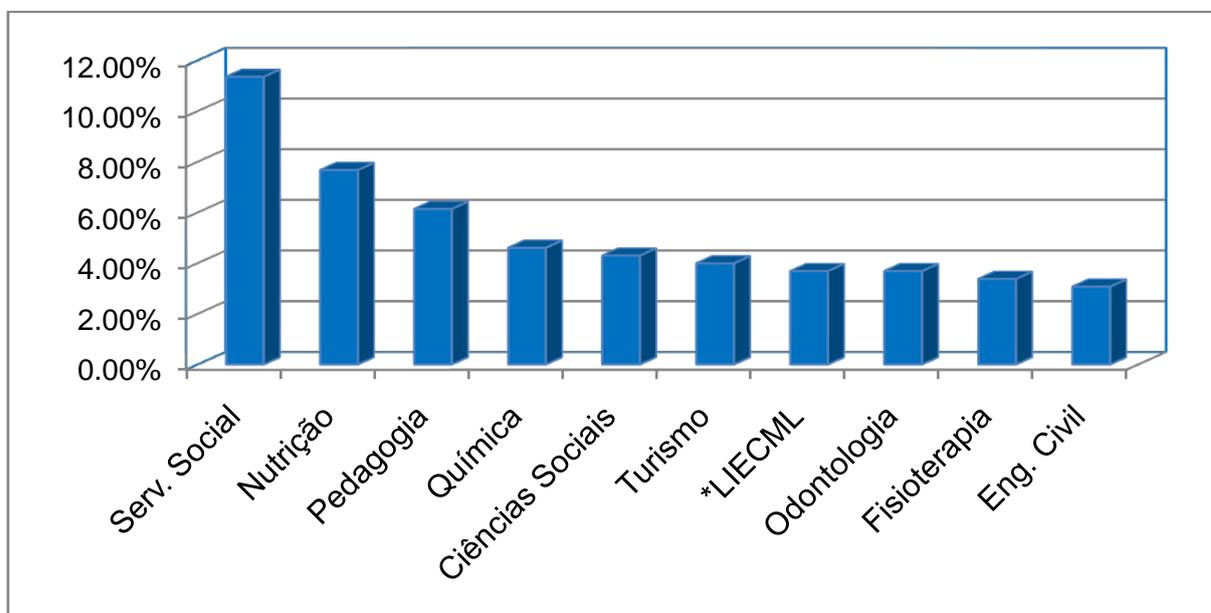
7 Trata-se de um subsídio financeiro, com prazo determinado, garantido aos discentes em casos de excepcionalidade ou extrema vulnerabilidade socioeconômica e risco social, que por alguma questão recente e emergencial não conseguem suprir despesas com sua permanência na instituição.

8 Segundo o relatório anual da Proex UFPA (2008) discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica é aquele que, oriundo de família na faixa da pobreza, se encontra em estado de falta, ausência ou privação de um ou mais de um fator elementar para seu êxito acadêmico, numa situação caracterizada pela necessidade ou precisão de apoio institucional que tenha como efeito a conclusão, em tempo hábil, de sua graduação.

modalidade renovação e encontram-se com o estado da bolsa ativo, ou seja, correspondendo a mais da metade da garantia deste direito nesta modalidade, conforme preza o edital da DAIE PROEX no ano de 2015.

A partir disso foi elaborada uma planilha com a distribuição por curso e quantidade de inscritos no auxílio Permanência Renovação do ano de 2015, do referido *Campus*, onde foram tabulados dados como auxílios ativos, suspensos, cancelados e indeferidos⁹, identificando-se o curso com maior número de candidatos inscritos, e principalmente com auxílio deferido e ativo. Conforme disposto na figura abaixo:

Figura 1 -Ranking dos cursos de graduação da UFPA com a maior proporção de estudantes atendidos pelo Programa de Bolsa Permanência.



Fonte: SIGAEST. 2015

*Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens.

9 Durante a leitura desta pesquisa, serão encontradas expressões como “Auxílios deferidos” para expressar que estes atenderam os critérios estabelecidos no Edital nº 04/ 2016/ PROEX; “Auxílios Ativos”, para referenciar que estes se encontram vigentes; “Auxílios Suspensos” para sinalizar que por motivo de alguma pendência do discente em relação à DAIE há a presença desta condição; “Auxílios Cancelados” que significam que sua ocorrência pode ter sido concretizada tanto pelo discente que opta pelo cancelamento, quanto pela DAIE quando esta identifica situações como o cancelamento e trancamento de matrícula na Universidade, integralização de graduação, processo de jubilação ou quando constatados outras irregularidades no recebimento destes; “Auxílios indeferidos” para referir-se a situações em que há informações contraditórias, falta de documentação, consumo de energia elétrica incompatível com a renda apresentada, recusa em receber a visita domiciliar da Equipe Técnica ou não comparecimento à entrevista.

Após a análise dos dados, verificou-se o curso que correspondia às exigências metodológicas definidas para a realização deste estudo, ou seja, o que possui a maior quantidade de discentes ativos no Programa Permanência Renovação no ano de 2015.

No que concerne à proporção de cursos de graduação atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015, é possível identificar que o curso de Serviço Social representa 11,35% da amostra, seguido de Nutrição com o percentual de 7,67%, Pedagogia representando 6,13%, Química correspondendo a 4,60%, Ciências Sociais 4,29%, Turismo 3,99%, Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens 3,68%, Odontologia 3,68%, Fisioterapia 3,37% e Engenharia Civil correspondendo a 3,07% da amostra.

Destacou-se o curso de Serviço Social, por este contemplar os critérios metodológicos definidos pelo pesquisador, correspondendo a 11,35% da amostra definida para o direcionamento desta pesquisa.

O delineamento desta investigação científica aconteceu através da técnica de coleta de dados documental e pesquisa analítica descritiva dos dados secundários inseridos no SIGAEST, após a autorização da DAIE via documentação e assinatura do termo de compromisso do pesquisador.

Para Marconi e Lakatos (2003) este tipo de abordagem corresponde à análise de dados de fontes primárias, que podem conter documentos escritos, ou não analisados cientificamente. Gil (2002) destaca que sua viabilidade é proposta quando existe dados que ainda não foram analisados crítica e cientificamente, mas que posteriormente podem ser utilizados de acordo com a proposição investigativa do pesquisador.

Analisou-se informações dos discentes de Serviço Social com inscrição ativa, do tipo renovação, no Programa Permanência do ano de 2015, coletando-se dados como idade, sexo e características socioeconômicas.

Constatou-se que 94,59% destes discentes são do sexo feminino e 5,41% do sexo masculino, proporção essa que, analisada pelo teste Exato de Fisher, demonstrou ser semelhante àquela observada para o total de alunos matriculados na Faculdade de Serviço Social da UFPA (n= 638), que possui 15,20% de estudantes do sexo masculino (p= 0,2528).

Deste modo, exclui-se a possibilidade de existir maior número de mulheres em vulnerabilidade social do que homens no curso com esta condição, pois o que se observa é a predominância do sexo feminino no curso de Serviço Social, fato que tem representatividade histórica desde o surgimento da profissão.

A tabela a seguir apresenta algumas características sócio-demográficas da amostra, referentes ao sexo, faixa etária e estado civil:

Tabela 1 -Características sócias demográficas dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação, campus Belém/ Pa, no ano de 2015.

Variáveis Sócio- Demográficas	N	%
Sexo		
Masculino	2	5,41%
Feminino	35	94,59%
Faixa etária		
< 20	4	10,81%
21-25	16	43,24%
26-30	8	21,62%
31-35	4	10,81%
>35	5	13,51%
ESTADO CIVIL		
Solteiros	25	67,57%
Casados/ união estável	12	32,43%

Fonte: SIGAEST

Com relação à faixa etária dos discentes de Serviço Social assistidos pelo Programa Permanência renovação no ano de 2015, é possível identificar que a predominância da amostra situa-se entre as idades de vinte e um e vinte e cinco anos, correspondendo à taxa percentual de 43,24%. Entre vinte e seis e trinta anos verifica-se uma taxa percentual considerável que corresponde a 21,62%. Discentes com idade acima de trinta e cinco anos representam 13,51% da amostra, enquanto os que possuem idade abaixo de vinte anos e entre trinta e um e trinta e cinco anos representam 10,81% da amostra.

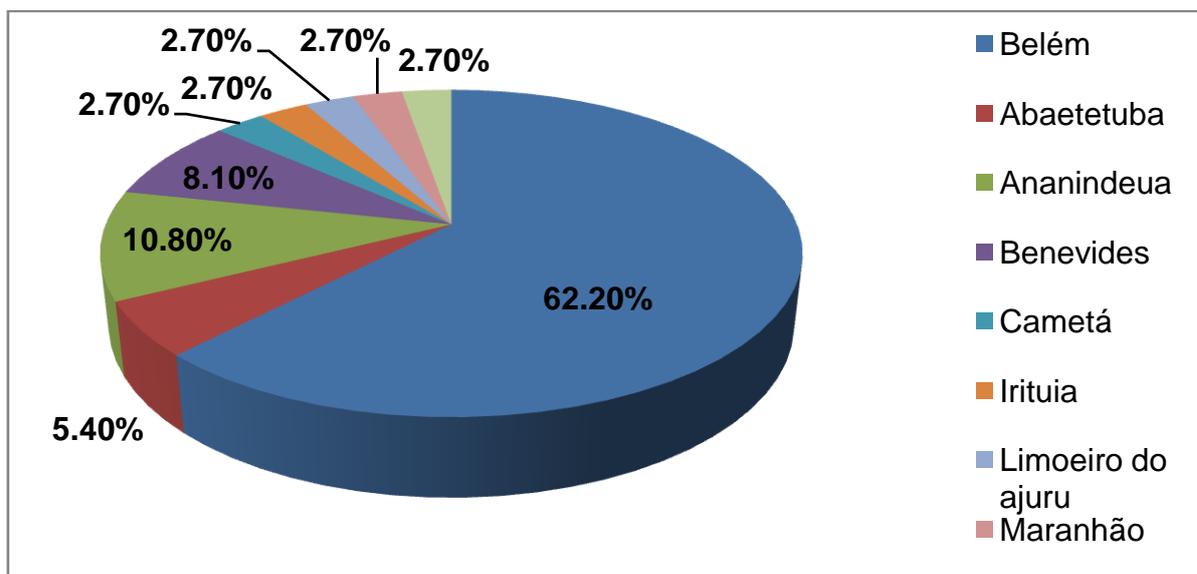
É relevante destacar que a média de idade observada para a amostra foi de 27,00 anos, com desvio padrão de 7,37 anos.

No que se refere ao estado civil, nota-se que 67,57% dos discentes que correspondentes à amostra encontram-se solteiros, enquanto 32,43% estão casados ou possuem união estável.

Desta forma infere-se que do total de discentes de Serviço Social deferidos no Programa Permanência renovação no ano de 2015, há um número elevado de pessoas com idade economicamente ativa, que ingressam tardiamente no curso de Serviço Social, estes se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, visto que esta se refere ao principal critério para o deferimento ao programa. Nota-se que mais da metade destes discentes encontram-se solteiros.

Em relação ao endereço de origem dos discentes de Serviço Social que são atendidos pela modalidade renovação do auxílio permanência, observa-se o disposto na figura abaixo:

Figura 2 -Distribuição do endereço de origem dos alunos de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.



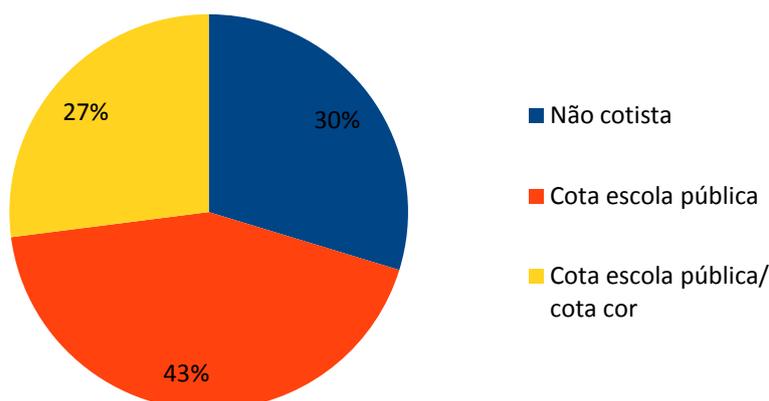
Fonte: SIGAEST. 2015

Nota-se que mais da metade dos discentes referentes à amostra, residem no município de Belém, ou seja, no mesmo local em que estudam, correspondendo a 62,20% da amostra, 10,80% são oriundos do município de Ananindeua, 8,10% residem no município de Benevides, 5,40% são oriundos do município de Abaetetuba e 2,70% correspondem aos municípios de

Limoeiro do Ajuru, Irituia, Cametá, Marituba e estado do Maranhão, respectivamente.

Em relação às formas de ingresso na UFPA, observa-se o disposto na figura a seguir:

Figura 3 - Proporção das formas de ingresso dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015 na UFPA.



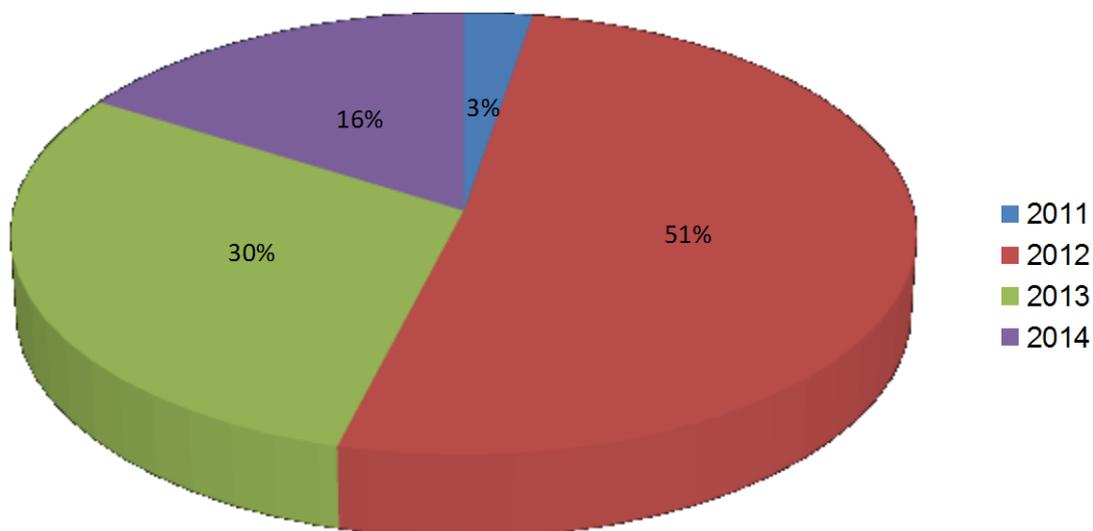
Fonte: SIGAEST. 2015.

Em relação às formas de ingresso na UFPA, evidenciou-se que 70,27% dos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015, ingressaram na UFPA por meio do Sistema de Cotas, sendo 43,24% da cota escola pública e 27,03% da cota escola pública/cor. Apenas 29,73% não são cotistas, no entanto, este se torna um número expressivo, pois apesar desta condição, estes discentes conseguiram ser deferidos ao programa, portanto, a não adesão às cotas não deve ser considerada um fator excludente de vulnerabilidade socioeconômica no Programa Permanência.

O edital nº 04/2015/PROEX não exclui a participação de não cotistas no processo de inscrição ao Programa Permanência, mas pontua o nível de vulnerabilidade socioeconômica para o deferimento da solicitação do discente, quando considera a forma de ingresso na instituição, como o segundo critério relevante na análise socioeconômica, que conforme o art. 20. do referido edital,

candidatos cotistas obtêm um peso de dez pontos, enquanto não cotistas possuem apenas cinco pontos como condição de classificação¹⁰.

Figura 4 - Proporção da frequência relativa do ano de ingresso na UFPA, dos alunos de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.



Fonte: SIGAEST. 2015.

É possível observar que os discentes de Serviço Social com ingresso na instituição no ano de 2011, representam a menor taxa percentual, correspondendo a 2,70% da amostra. Estudantes que ingressaram na UFPA em 2014 correspondem a 16,22% dos deferimentos do auxílio renovação no ano de 2015. Estudantes que ingressaram em 2013 representam elevado percentual, correspondendo a 29,73%. Todavia, estudantes que ingressaram no ano de 2012 corresponde à maior parte da amostra, apresentando a taxa percentual de 51,34% do total de discentes que obtiveram a renovação do auxílio no Programa Permanência.

Desta forma, pode-se apreender que no ano de 2012, os discentes do curso de Serviço Social deferidos, preencheram sua documentação

10 De acordo com o art. 33. do Edital nº04/2015/PROEX, após ser preenchido o total de vagas garantidas pelo Programa Permanência, haverá a constituição de um Cadastro de Reserva, os alunos que o constituem poderão ser atendidos pela DAIE conforme houver disponibilidade de vagas, ou poderão ser selecionados para bolsas de estágio dentro de programas e projetos da PROEX.

corretamente no SIGAEST, e apresentaram outras condicionalidades necessárias e previstas no Edital nº 04/2015/PROEX, para o seu deferimento no processo.

Do total de 37 discentes de Serviço Social com o auxílio Permanência Renovação deferido e ativo, 100% tiveram a análise do desempenho acadêmico¹¹ realizado pela equipe técnica da DAIE. De acordo com o edital nº 04/2015/PROEX, esta corresponde à primeira etapa do processo de renovação do auxílio, por isso o resultado apresenta a taxa percentual em seu valor máximo de alcance.

No que se refere ao acesso à língua estrangeira, 100% dos discentes não possuem idioma estrangeiro e informaram o desejo de realizá-lo.

Este resultado é de grande relevância, pois sugere o nível de desigualdade socioeconômica e cultural que estes discentes vivenciam antes de ingressar na UFPA, e durante o seu período de graduação, em relação a estudantes que apresentam condições materiais para acessar diversas formas de apropriação cultural.

No que concerne aos atendimentos psicológicos ofertados no *Campus* ou seus encaminhamentos para os serviços de apoio à Saúde Mental estudantil, somente 2,70% da amostra informaram, via Sigaest, que obtiveram intervenção profissional na instituição, 97,30% discentes afirmaram não participar de nenhum atendimento psicológico na UFPA.

Contudo, é importante destacar que serviços como ofertados na Clínica de Psicologia da UFPA ou no Serviço de Atendimento Psicossocial, podem ser acessados espontaneamente pela comunidade estudantil, não tendo a DAIE

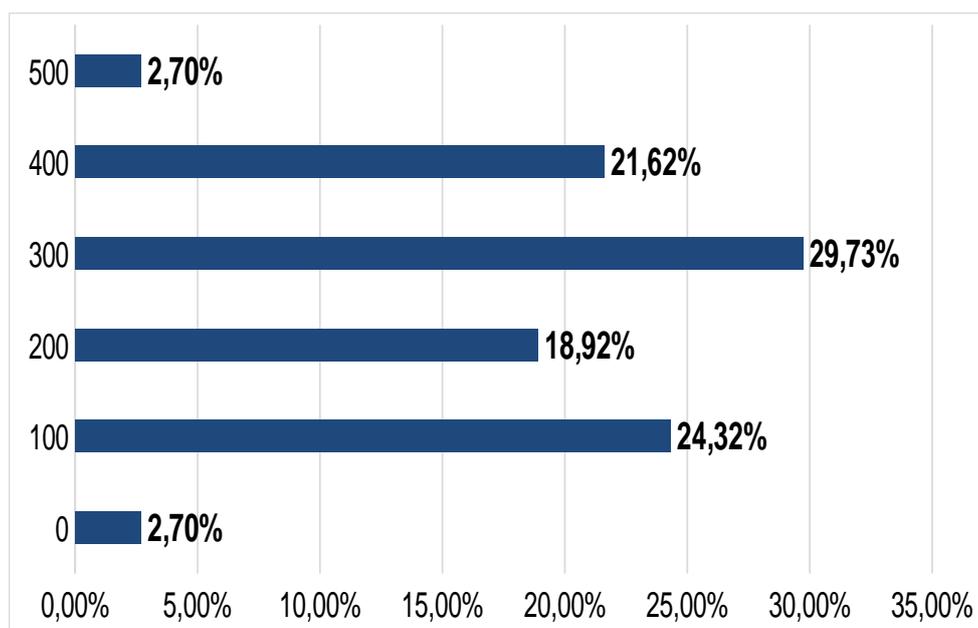
11 A análise acadêmica para discentes que recebem a renovação do Auxílio Permanência se propõe a verificar o seu desempenho na instituição, em todos os períodos cursados em 2014, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica da UFPA, e assim perceber se a assistência estudantil tem garantido um de seus objetivos como o desenvolvimento de uma graduação de excelência e em tempo hábil. É uma análise concretizada através do levantamento de demandas educacionais, que podem estar diretamente relacionadas às dificuldades vivenciadas na instituição ou a problemas de outros aspectos da vida do universitário. De acordo com o edital nº 04/ 2015/ PROEX, o candidato que obtiver o Coeficiente de rendimento menor que 5,0 (regular) em dois períodos letivos consecutivos, no período da vigência de recebimento do Auxílio Permanência ou Moradia, ficará sujeito a não renovação no programa. Por isso discentes com baixo desempenho acadêmico são posteriormente entrevistados, para o conhecimento de sua realidade, e dependendo da situação vivenciada, passam por acompanhamento contínuo da Equipe Multiprofissional ou são encaminhados para outros serviços desenvolvidos por Programas e Projetos que a Política de Assistência Estudantil garante na Universidade.

um controle a esta forma de acesso, somente a encaminhamentos realizados por ela. Além disso, há que se considerar o estigma vivido pelas pessoas atendidas na Rede de Saúde Mental, que podem sentir-se constrangidas a buscar ou informar que necessitaram deste tipo de atendimento. Portanto, para demais inferências em relação a este resultado é necessário a realização de outra investigação científica.

Do total de 37 discentes de Serviço Social com auxílio Permanência Renovação ativo no ano de 2015, 27,03% informaram receber atendimento à Saúde, no *Campus* da UFPA Belém, enquanto 72,97% informaram que nunca receberam este tipo de assistência.

A Figura 5 demonstra a variação da renda per capita na amostra:

Figura 5 -Distribuição da renda familiar Per Capita dos discentes do curso de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação, no ano de 2015.



Fonte: SIGAEST. 2015.

Pode-se inferir que em relação aos discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015, 2,70% não apresentam renda per capita familiar, outros 2,70% a possuem no valor de R\$ 500, 00, 18,92% da amostra apresentam renda per capita no valor de R\$ 200, enquanto 21,62% possuem renda per capita familiar no valor de R\$ 400.

É relevante destacar que o valor de 2,70% representado na figura 4, como ausente de renda, refere-se a uma situação específica de extrema vulnerabilidade socioeconômica atendida pela DAIE.

Os valores mais expressivos representados no gráfico acima são referentes à renda per capita no valor de R\$ 100 e R\$ 300 reais, que correspondem a 24,32% e 29,73% da amostra, respectivamente.

Desta forma, apreende-se que 54,05%, correspondem à maior parte dos discentes de Serviço Social atendidos pela renovação do Programa, estes sobrevivem com renda familiar per capita que varia entre R\$ 100 e R\$ 300, valores abaixo do salário mínimo¹² estipulado para prover necessidades vitais básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, conforme preza o art. 7º, inciso IV, da CF de 1988. Ou seja, isso reflete a situação de vulnerabilidade socioeconômica a qual estes discentes vivenciam, e é refletida nas condições de desigualdades social e econômica que enfrentam na UFPA.

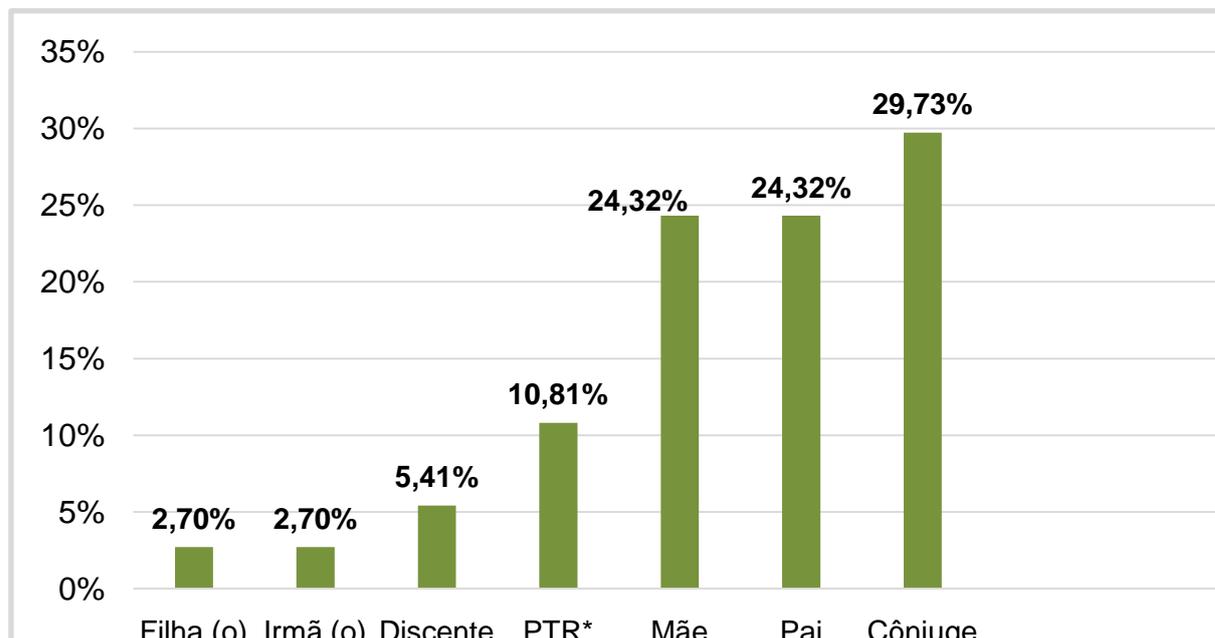
Pode-se depreender ainda, que o fator vulnerabilidade socioeconômica dos discentes da UFPA está diretamente ligado à Política de Cotas que foi aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio da Resolução n.º 3.361 de 5 de agosto de 2005, que tornou-se vigente a partir da versão 2008 do Processo Seletivo. De acordo com esta resolução, 50% dos postos de cada curso, tanto da capital como do interior do Pará, são destinados a candidatos oriundos da rede pública de ensino, sendo que 40% delas são reservadas para cotistas autodeclarados negros ou pardos¹³.

Em relação ao responsável pela principal fonte de renda familiar, a figura a seguir expressa que:

12 No ano de 2015 o reajuste salarial correspondia ao valor de R\$ 788,00 reais como o mínimo que o empregador deve pagar para obter força de trabalho de que necessita.

13 A partir do ano de 2013 a UFPA aderiu a mais uma inclusão através do sistema de cotas, denominada como cota renda. Deste modo, 50% das vagas eram destinadas para estudantes de da rede pública de ensino e 40% para aqueles que se autodeclararam negros ou pardos. Com a inclusão da cota renda, 22% das vagas são reservadas para estudantes de escola pública, enquanto 8% para a cota renda, ou seja, para alunos que além de estudarem seu ensino médio em escola pública, apresentem renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, outros 15 % das vagas são destinadas à cota cor, o seja, reservadas aos alunos, que além de serem de escolas públicas, autodeclararam-se negros ou pardos, 5% são destinados para a cota cor/ renda, que se destina a estudantes àqueles que cursaram todo o ensino médio em rede pública, autodeclararam-se negros ou pardos e possuem renda familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

Figura 6 -Responsável pela principal fonte de renda familiar dos discentes de Serviço Social assistidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.



Fonte: SIGAEST. 2015.

*Programas de transferência de renda.

O principal mantenedor da família são os cônjuges dos discentes, estes representam 29,73% da amostra. Enquanto o pai e a mãe são representados pelos valores de 24,32%, respectivamente, que somados correspondem a 48,64% da amostra.

Nota-se que apesar de existir um menor número de discentes casados 32,43%, em relação aos solteiros 67,57%, a principal fonte de renda mantenedora da família procede do cônjuge, levando em consideração que a faixa percentual em relação ao sexo é predominantemente feminina 94,59%.

Identificou-se que o núcleo familiar dos discentes obtém uma elevação percentual considerável oriunda de Programas de Transferência de Renda, representada por 10,81% da amostra, isto significa que o acesso a estes programas é de suma importância para a sobrevivência familiar. Além disso, visibiliza a desigualdade socioeconômica dos discentes, pois assim como o Programa Permanência da UFPA, estes programas possuem como uma de suas principais condicionalidades de acesso a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

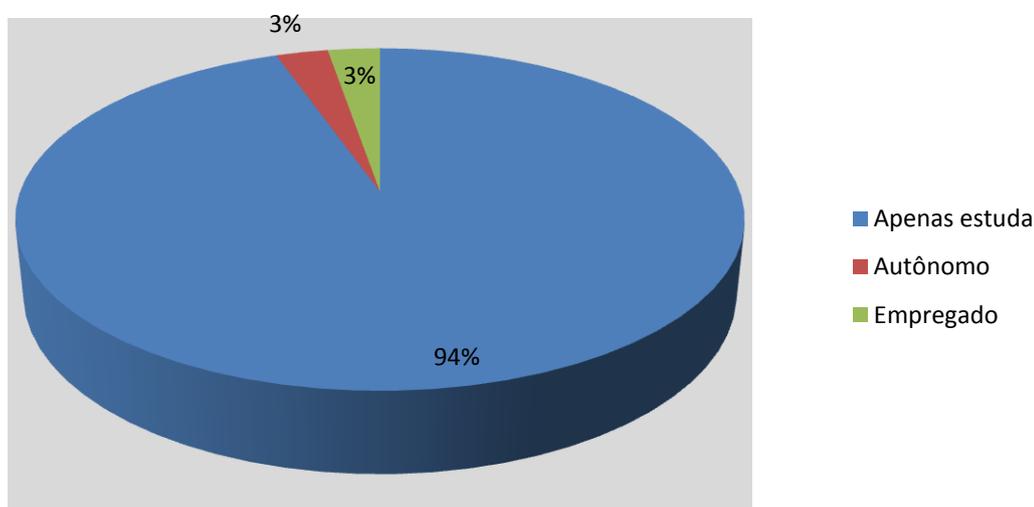
Percebe-se que 5,41% dos discentes destacam-se como os principais mantenedores da renda familiar, enquanto seus irmãos ou filhos apresentam-se com taxa percentual de 2,70%, respectivamente.

Em relação ao auxílio Taxa Zero¹⁴, 100% dos discentes informaram que não são assistidos por esta modalidade de auxílio, embora a amostra apresente discentes com ausência de renda ou que possuem como principal fonte de renda apenas as obtidas em Programas de Transferência de Renda.

No que se refere ao recebimento de benefícios do governo federal 27,03% da amostra afirmaram que são assistidos por esta garantia, enquanto 72,97% declararam não possuir este tipo de direito social.

A figura abaixo expressa a distribuição sócio ocupacional em relação à amostra:

Figura 7 -Distribuição sócio ocupacional dos discentes atendidos pelo Programa Permanência Renovação no ano de 2015.



Fonte: SIGAEST. 2015.

14 De acordo com a DAIE (2016), o Auxílio Taxa Zero refere-se à gratuidade nas refeições ofertadas nos restaurantes universitários (almoço e jantar) da UFPA, assistindo aos discentes de graduação presencial, em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica.

É possível identificar que 94,59% dos discentes de Serviço Social apenas estudam, enquanto os demais desenvolvem atividades remuneradas com ou sem vínculo empregatício. Esta informação relaciona-se com o percentual do principal mantenedor familiar, onde se destacam os seus cônjuges, com a taxa percentual de 29,73%, enquanto os estudantes possuem participação mínima na contribuição dos rendimentos familiares correspondendo a 5,41% em relação à amostra.

4.4 Especificidades da Assistência Estudantil no Programa Permanência da UFPA

Esta seção objetiva a reflexão acerca de aspectos relacionados às especificidades do Programa Permanência na UFPA. Para isso, faz-se necessário o entendimento de parâmetros referentes à política social. Diante desta análise, selecionou-se categorias como a configuração e abrangência dos direitos sociais para analisar sua natureza e tipologia.

Para Boschetti (2003), entender as contradições que perpassam a política social e o programa social a ser avaliado é direcionar o caminho para o conhecimento dessas categorias em sua totalidade e contraditoriedade, verificando de que modo a realidade se difere dos preceitos legais, além de perceber as forças sociais refletidas em seus determinantes. Por isso acredita que a partir da análise crítica de direitos ou benefícios implementados, pode-se alcançar esta compreensão.

A condicionalidade imposta pelas políticas sociais comprova-se de acordo com o artigo 5º proposto pelo Plano Nacional De Assistência Estudantil (PNAES) promulgado em 2010:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

A utilização da condição de prioridade para estudantes oriundos de escola pública exclui discentes que apesar de não apresentarem esta especificidade, encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica.

Relação muito próxima a esta, pode ser verificada no edital nº 04/2015/PROEX da DAIE da UFPA, que expressa:

Art. 7º. Somente será considerado apto a participar do processo seletivo, objeto deste Edital, o candidato que preencher cumulativamente as seguintes condições: [...] IV- Comprove renda familiar mensal bruta de até (03) salários mínimos vigentes, desde que a renda per capita não ultrapasse (1,5) salário mínimo e meio.

Ideia que difere do exposto na finalidade do edital, referentes às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, conforme segue:

Art. 1º. O presente edital destina-se a selecionar discentes de Cursos de Graduação da UFPA, modalidade extensiva (regular), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cursando a primeira graduação e que não possuem condições de arcar com custeio total ou parcial de alimentação, moradia, transporte e material didático.

Carneiro e Veiga (2004) definem a vulnerabilidade socioeconômica como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Sendo a insuficiência de renda uma de suas principais características, contudo, há outros fatores que a englobam como características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos, deficiências da oferta e do acesso às políticas públicas, nestes casos, não há o usufruto da riqueza produzida socialmente.

Comparando os dois fragmentos do referido edital pode-se perceber que o exposto no artigo primeiro admite um critério de condicionalidade, que não se limita somente à condição de vulnerabilidade socioeconômica, mas também à possibilidade do sujeito apresentar ou não meios de subsistência. Yasbek (2015, p.63, grifo do autor) a entende como “*ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social*”.

Sposati; Carvalho; Fleury (2012, p.27) afirmam que:

É importante tornar claro que esta fragilização dos direitos sociais não é comportamento específico do campo da assistência social. Ela se estende quase sempre à política dos benefícios sociais no âmbito mesmo das empresas privadas.

Boschetti (2003, p.586) afirma que “os critérios de acesso e permanência, associados à abrangência, são fatores fundamentais para determinar a universalidade das políticas e/ou programas sociais e definir o tipo de direito que garantem”.

Com isso, esta fragilização no acesso aos direitos, faz-se presente na Política de Assistência estudantil, quando esta apesar de muitos avanços conquistados pelos movimentos estudantis, torna-se focalizada às parcelas de discentes que devem obrigatoriamente respeitar as condicionalidades para acessá-la.

Yasbeck (2015, p.170) salienta que:

Esta modalidade de vinculação entre o assistido e as instituições assistenciais tem levado à desagregação e à atomização das demandas que, sobretudo quando tratadas individualmente, não evidencia, o caráter coletivo e de classes dessas demandas.

Marafon (2015, p.104) acredita que “a permanência na educação superior é um direito, a presença de necessidades socioeconômicas por parte dos estudantes automaticamente justificaria sua inserção no programa de bolsas”.

Ristoff entende que (2008, p.41) “a educação superior brasileira continua excludente e inacessível a uma parcela significativa da população brasileira, em especial para os jovens das classes trabalhadoras”. Esta inacessibilidade ultrapassa as formas de ingresso, e alcançam o âmbito da impossibilidade de permanência na instituição.

Por isso Boschetti (2003) indaga a quem se destinam os direitos sociais, visto que legalmente apresentam-se como um direito universal, mas no momento de acessá-los possuem condicionalidades que pontuam necessidades e reduzem às parcelas da sociedade o usufruto de direitos.

As políticas sociais utilizam-se de ações meritocráticas para que o usuário possa acessar seu direito, no momento em que apresentam critérios para definir a demanda destes sujeitos. Tal fato ocorre devido ao Sistema Capitalista produzir demandas para o campo desta política, como este fator tem um crescimento significativo, há criação de algumas condicionalidades para que o sujeito tenha acesso aos seus direitos. Assim destaca Sposati; Carvalho; Fleury (2012, p.16, grifo do autor):

[...] A Assistência Social, para além do aparente, isto é, como mecanismo social e político no interior das relações sociais, constitui forma seletiva e discriminada de atenção a um segmento da população que não é outro senão o mais pauperizado, o mais espoliado. É portanto uma forma diferenciada de ação a segmentos da população. (SPOSATI, 2012,p.27)

Boschetti (2003) quanto menos rigorosos forem os critérios, maior a quantidade de pessoas que esta política consegue assistir , caso contrário, mais restrita ela se torna.

Desta forma, quando não se constitui a garantir direitos integralmente e sim meritocramente, a política social deixa de se comprometer com a luta pelo fim das desigualdades e passa somente a amenizá-las, deixando de se comprometer com as demandas da coletividade. Assim expressa Sposati; Carvalho; Fleury (2012, p.26, grifo do autor):

Seu patamar é de ajudas para subsistir na miséria social e não de qualificar atenções [...] Sua política é a “não política”. Ela se expressa em “critérios de dimensionamentos da gravidade das necessidades.” Tudo se rege pela criteriosa aplicação dos critérios.

Sposati (2012) entende que submeter os benefícios sociais a um processo seletivo utilizando-se de critérios para acesso a um direito é enquadrar essas conquistas sociais expressadas constitucionalmente em concessões, um meio de apenas distribuir riquezas dadas pelo julgamento do mérito.

Para Yasbek (2015) as diretrizes assistenciais na sociedade brasileira centralizam-se na perspectiva histórica clientelista, assistencialista e burocrática. Estes são fatores que as tornam ambíguas, inoperantes ou limitadas.

Acredita-se que a discussão em torno do estado neoliberal na educação pública tornou-se mais efetiva através de algumas transformações ocorridas recentemente, conforme cita Vieira (1995, p.40):

As teses sobre a diminuição da presença do Estado no campo educacional vêm sendo gestadas há algum tempo. Circulam entre empresários, planejadores educacionais, consultores do Banco Mundial e outros atores importantes na definição das regras do jogo para a política educacional. Como os organismos internacionais têm tido importante papel na definição mais recente da política educacional, uma vez que financiam projetos governamentais.

Deste modo, esses mecanismos reduzem a atuação do estado nos setores públicos, inclusive em sua relação com a política educacional, pois restringem a participação estatal somente ao ensino primário, deixando o ensino superior à iniciativa privada ou a quem tem capacidade intelectual e financeira de acessá-lo.

O acesso ao ensino superior público relaciona-se também à política de assistência estudantil, visto que ela promove inclusão social a discentes pauperizados. Quando não há o atendimento desta política, a exclusão social no âmbito universitário tende a se maximizar.

Desta forma, apesar do Programa Permanência da UFPA possuir aspectos excludentes relacionados a outras políticas sociais, este é de suma importância para o desenvolvimento da graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo foi de suma importância para a reflexão das demandas estudantis atendidas pelo Programa Permanência da UFPA, e para o conhecimento do perfil de alunos com maior número de auxílios ativos, na modalidade renovação, no ano de 2015.

Observou-se que a consolidação da Política de Assistência Estudantil Brasileira apresenta características como historicidade, contraditoriedade e totalidade, que se expressam em variados momentos de seu desenvolvimento. Desde o surgimento da educação na sociedade Brasileira, como algo inerente à criatividade humana, ao momento de sua subordinação aos interesses produzidos pelo sistema capitalista, e sua influência no surgimento de uma política voltada para a diminuição da evasão acadêmica nas IFES, através da garantia de direitos de acesso e permanência na educação.

É importante ressaltar que o perfil do público alvo deste estudo, apresenta-se em um nível considerável de desigualdade socioeconômica, que perpassa desde questões financeiras, pedagógicas, atendimento à saúde, a outros aspectos relacionados às necessidades humanas de sobrevivência e reprodução social.

Percebeu-se que os discentes de Serviço Social atendidos pelo Programa Permanência, modalidade renovação, da UFPA, atenderam aos critérios propostos pelo PNAES. Identificou-se que eles ingressam na universidade com diversas demandas no âmbito da assistência social, visto que a maioria apresentou renda per capita familiar abaixo do salário mínimo vigente, além da precariedade ou não acesso, às necessidades básicas humanas como educação, alimentação, saúde, cultura, dentre outras.

Apreendeu-se que para ingressar no Programa Permanência da UFPA, os discentes devem apresentar-se em situação de negação de direitos. Deste modo a assistência estudantil na UFPA apresentasse como medida paliativa de demandas inerentes às variadas políticas sociais, no momento em que, observa-se que algumas demandas atendidas pelo Programa, apresentam caracterização social que repercutem no desempenho acadêmico destes discentes. Com isso, este Programa tem se caracterizado pela complementaridade, ou como única fonte, no acesso à renda e outros bens

socialmente produzidos aos discentes pauperizados, com o intuito de promover a inclusão social dentro das IFES, evitar a evasão acadêmica e produzir a graduação em tempo hábil.

Isto reflete o atual momento marcado pelo contexto neoliberal, como a diminuição de recursos orçamentários para as IFES, suspensão ou redução no número de vagas para ingresso em determinados programas desenvolvidos pela política de Assistência Estudantil, privatização de serviços e redução de inúmeros direitos. Além disso, é relevante considerar as peculiaridades da Região Amazônica, expressa por grande crescimento econômico e alarmante desigualdade social.

Desta forma, foi possível perceber que apesar da ampliação de vagas nas IFES, da criação de programas voltados para a assistência estudantil, durante o Governo Lula (2003-2011), da instituição de políticas de ações afirmativas na UFPA que promoveram a oportunidade de ingresso na universidade aos estudantes historicamente excluídos, a educação como direito social não tem sido veemente efetivada no que se refere ao acesso e permanência da classe pauperizada no ensino superior público, visto que ao ingressar nas IFES ou participarem de programas voltados para a permanência acadêmica, são utilizados critérios meritocráticos para a garantia de seus direitos.

Esta relação de contraditoriedade reflete-se nas forças políticas atuantes nestes espaços e na luta de movimentos estudantis na garantia de direitos que quando não garantidos, lhe são negados, provocando tensionamentos ideológicos nestes locais.

Identificou-se que ao ingressar no espaço universitário, os estudantes pauperizados reproduzem as desigualdades socioeconômicas que vivenciam, como falta de condições materiais e subjetivas para um desenvolvimento pleno como cidadão, apresentando com isso, carências a nível econômico, financeiro e pedagógico. Ou seja, as IFES vivenciam as expressões da Questão Social apresentada na sociedade brasileira, possuindo suas diversas demandas e contradições.

Todos os discentes referentes à amostra informaram não possuir acesso aos cursos de língua estrangeira no campus, este resultado é de grande relevância, pois sugere o nível de desigualdade socioeconômica e

cultural que estes discentes vivenciam antes de ingressar na UFPA, e durante o seu período de graduação, em relação a estudantes que apresentam condições materiais para acessar diversas formas de apropriação cultural. Além disso, amplia-se a discussão de que as necessidades humanas não se referem apenas aos meios materiais para a sobrevivência, mas o próprio acesso à educação deve ser considerado condição necessária para que estas pessoas exerçam sua cidadania na sociedade. Compreendendo que a garantia da permanência durante a graduação também é uma forma de acessibilidade estudantil à educação.

Foi possível compreender que apesar da abrangência do Programa Permanência apresentar-se mínima diante das demandas estudantis da UFPA e de um contexto político marcado por expressivos desmontes na área sócio assistencial, este é imprescindível para a conclusão da graduação de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição, visto que objetiva assistência integral em suas necessidades estudantis básicas e possibilita a redução de desigualdades sociais dentro do espaço universitário.

Devido às dificuldades apresentadas em selecionar material teórico necessário, acerca da Política de Assistência Estudantil, surgiu a necessidade de discuti-la através do surgimento da educação como demanda socialmente produzida pelo sistema capitalista, trazendo a reflexão acerca da política social e utilizando-se de conteúdo histórico da criação da Política De Assistência Social, para melhor compreensão da garantia de direitos estudantis, como o Programa Permanência.

Ressalta-se a necessidade de maiores investigações e debates científicos acerca desta política, levando-se em consideração a sua relevância para a diminuição da evasão acadêmica por motivos de desigualdades socioeconômicas, além de produzir respostas às determinadas análises de dados que esta pesquisa não contempla.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES. Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior.** Cadernos Andes. n.25, Brasília, agosto de 2007. ISSN 1677-8107. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf>>. Acesso em 29 de julho de 2016.

ARAUJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação:** análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORSATO, Francieli Piva. A assistência estudantil no contexto da “democratização” da educação superior brasileira. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2015.**

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil:** um direito entre originalidade e conservadorismo- 2.ed. Brasília/ Ivanete Boschetti, 2003. 298 p.: il ; 21 cm.

BRASIL. **Constituição, 1934** <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616250/artigo-157-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>>. Acesso em 25 de junho de 2016.

_____. **Constituição Federal de 1946.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612744/artigo-172-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>>. Acesso em 25 de junho de 2016.

_____. **Constituição, 1988.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em 06 de julho de 2016.

_____. **Constituição, 1988.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650554/artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em 22 de julho de 2016.

_____. **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em 26 de julho de 2016.

_____. **Salário mínimo digno a constituição federal garantiu mas o Brasil não.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37969/salario-minimo-digno-a-constituicao-federal-o-garantiu-mas-o-brasil-nao>>. Acessado em 16/05/2016.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **“A universidade Pública Sob Nova Perspectiva”**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2016.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. **IX Colóquio internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%Aancia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20assist%C3%Aancia%20estudantil.pdf?sequence=1>>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; Helena, Maria Câmara Bastos (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III**: século XX - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FONAPRACE: Revista comemorativa 25 anos: **Histórias, memórias e múltiplos olhares**/organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis- FONAPRACE (Gestão 2011/2012).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 2. ed.- São Paulo: Cortez, 1996.

GHON, M. da G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de educação, v.16, n.47, 2011 a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 29 de julho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**-6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

JANNE, Henri. **A Universidade e as necessidades da sociedade contemporânea**. Traduzido por Ivanova dos Santos Dias Soares. Fortaleza, Edições UFC, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Ed. São Paulo. Atlas. 2001.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** _ São Paulo: Cortez, 2007.

LOBATO, Salomy Correa. **A Assistência Estudantil na UFPA:** Reflexo da condicionalidade no Programa Bolsa Permanência. Especialização em Políticas Públicas e Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Do Pará._ Belém, 2011p.64

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer Universidade:** uma proposta metodológica. _ 10.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MCCOWAM, T. **O crescimento da educação superior privada no Brasil:** implicações para as questões de equidade, qualidade e benefício público. In: **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol.13, 2005, 1-20. Arizona, Estados Unidos.Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2750/275020513027.pdf>> Acesso em: 28 julho de 2016.

MINTO, César Augusto; MURANAKA, Maria Aparecida Segatto .Educação: um processo à margem das prerrogativas legais. In: Oliveira, Romualdo Portela de. (org.). **Política educacional:** impasses e alternativas- São Paulo: Cortez, 1995.

MOROSINI, Marília Costa. O Ensino Superior NO Brasil. In: STEPHANOU, Maria; Helena, Maria Camara Bastos (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III:** século XX - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: **FONAPRACE: Revista comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares,** ANDIFES. -UFU, PROEX: 2012.

NETTO, José Paulo 1947. **Introdução ao estudo do método de Marx/** José Paulo Netto. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NISKIER, Arnaldo, 1935- **Educação Brasileira: 500 anos de história, 1500-2000.** - 2º. ed.- Rio de Janeiro: Consultor ,1995.

OLIVEIRA et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. . In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação Superior no Brasil- 10 anos Pós-LDB.**-Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2008. 348p. : il.- (Coleção Inep 70 anos, v.2)

PANIZZI, Wrana Maria. **Universidade pública, gratuita e de qualidade.** - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional** / Larissa Dahmer Pereira; prefácio de Carlos Nelson Coutinho. - São Paulo: Xamã, 2008. 207p.; 23 cm.

_____. **Política Educacional Brasileira E Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Escola de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/15956367-Politica-educacional-brasileira-e-servico-social-do-confessionalismo-ao-empresariamento-da-formacao-profissional.html>>. Acesso em: 03 julho de 2016.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas & questões.** _São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** _21. ed._ Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2010._ (coleção memória da educação).

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil- 10 anos Pós-LDB: Da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação Superior no Brasil- 10 anos Pós-LDB.**-Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2008. 348p. : il.- (Coleção Inep 70 anos, v.2)

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica.** São Paulo. Editora Avercamp. 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII.** Petrópolis: Editoras Vozes, 2004. p.93-107.

SARUP, Madan. **Marxismo e educação: abordagem fenomenológica e marxista na educação.** Traduzido por Waltensir Dutra. -Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SEIFFERT, Otilia Maria Lúcia Barbosa; Hage, Salomão Mufarej. Políticas de ações afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação Superior no Brasil- 10 anos Pós-LDB.** -Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 348p. : il.- (Coleção Inep 70 anos, v.2)

SOARES, Álvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

SPOSATI, Aldaíza; Carvalho, Maria do Carmo Brant; Teixeira, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**_ 7. ed.-São Paulo: Cortez, 2012.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na Previdência Social. Uma política marginal. In: SPOSATI, Aldaíza; Carvalho, Maria do Carmo Brant; Teixeira, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**_ 7. ed.-São Paulo: Cortez, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Conselho Superior de Ensino e Pesquisa** – CONSEPE. Resolução n.º 3.361 de 5 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2005/Microsoft%20Word%20-%203361%20COTAS.pdf>. Acessado em 17 de maio de 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2011-2015**. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/docs/pdi_aprovado_final.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2016.

_____. **Histórico e estrutura**. Disponível em <<https://www.portal.ufpa.br//includes/pagina.php?cod=historico-e-estrutura>>. Acesso em 21 de agosto de 2016.

_____. **UFPA cria sistema de bolsas para a permanência estudantil**. Disponível em <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2978>>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

_____. **Entenda como funciona o novo sistema de cotas na UFPA**. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=6556>>. Acessado em 14 de setembro de 2016.

_____. **Proex convoca estudantes vinculados ao Auxílio Taxa Zero (RU) para recadastramento anual**. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/noticias/todas-as-noticias/1088-proex-convoca-estudantes-vinculados-ao-auxilio-taxa-zero-ru-para-recadastramento-anual>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

_____. **Relatório de Gestão Anual da Proex relativo ao ano de 2008**. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/PROEX/RelatoriosAnuais/03-Relat%C3%B3rio%20Proex%202008.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. In: Oliveira, Romualdo Portela de. (org.). **Política educacional: impasses e alternativas**- São Paulo: Cortez, 1995.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.**_8. ed.- São Paulo: Cortez, 2015.

ANEXOS

Termo de Autorização para Realização de Pesquisa Científica



Universidade Federal Do Pará

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Faculdade de Serviço Social

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Eu, Jacqueline Suellen De Sousa Chaves, RG 5766027, matrícula 201211024, bolsista de atividade acadêmica na Diretoria de Assistência e Integração Estudantil vinculada à Pró Reitoria de Extensão (DAIE/PROEX), desenvolvendo estágio em Serviço Social durante o período de Março de 2015, com vigência até setembro de 2016, responsável pela execução da pesquisa intitulada até o momento por: **"ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: ANÁLISE DO PROGRAMA PERMANÊNCIA RENOVAÇÃO DO ANO DE 2015"**, orientado pela Prof.ª Dr.ª Cilene Sebastiana Braga Lins e co-orientado pela M.ª Assistente Social coordenadora da DAIE Simone Santos Da Silva, possuindo como objetivo primário analisar o Programa Permanência Renovação do ano de 2015, através da coleta de dados estatísticos referentes ao Curso de Serviço Social no referido ano. Solicito autorização para realização da referida pesquisa nesta instituição. A autorização fica **condicionada à prévia aprovação do responsável pela direção da coordenadoria.**

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados a partir do deferimento do pedido.
- 2- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não se utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição.

Em resposta a solicitação:



Eu, JOSE MARIA BEZERRA NETO, ocupante do cargo de DIRETOR na DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E INT. ESTUDANTIL autorizo a realização da pesquisa "**Assistência estudantil na UFPA: Análise do programa permanência renovação do ano de 2015**" nesta diretoria, sob a responsabilidade do pesquisador Jacqueline Suellen De Sousa Chaves, tendo como objetivo primário analisar o Programa Permanência Renovação do ano de 2015.

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante da presente investigação científica, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Belém, 16 de agosto de 2016.

Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ da instituição co-participante.

Prof. Dr. José Maria Bezerra
Diretor de Assistência e Int. Estudantil
Integração Estudantil de 2014
Cartão: 2034/09

Área Administrativa do Sistema SIGAEST da UFPA



SiGAEst
Sistema Gerencial de Assistência Estudantil

Digite seus dados para acessar a Área Administrativa!

Login:

Senha:

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ